



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 138

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE OUTUBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PR/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 138

125ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Leis 07

Pequeno Expediente:

Dep. Cida Borghetti 09

Dep. Elton Weltet 10

Dep. Péricles de Mello 11

Dep. Valdir Rossoni 12

Dep. Douglas Fabrício 13

Dep. Stephanes Júnior 13

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 14

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch 14

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost 15

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano 17

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins 18

Liderança do Governo

Dep. Jocelito Canto 20

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 21

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 22

Discussão/Votação

Redação Final 23

3ª Discussão 24

2ª Discussão 25

1ª Discussão 25

Requerimentos 25

Encerramento da Sessão 29

Transcrição 30

Publicações:

Ata de Comissão 30

Direitos Humanos e Cidadania .. 30

DIÁRIO Nº 138

125ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 125ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

29 DE OUTUBRO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Beti Pavin e Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Edgar Bueno, Geraldo Cartário, Osmar Bertoldi e Pedro Ivo (04).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Francisco Bühler, Mamede e Reni Pereira (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

OFÍCIO Nº 104/07

Curitiba, em 29 de outubro de 2007.

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve vem, respeitosa-mente, pelo presente instrumento, justificar sua ausência na Sessão deste corrente dia, em virtude de sua participação em reunião com o Deputado Federal Ângelo Vanhoni, nos municípios de Antonio Olinto, Mallet e Irati.

Nestes termos, renovo meus sentimentos de estima.

(a) FELIPE LUCAS

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, em 29 de outubro de 2007.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, licença para tratamento de saúde de 10 (dez) a partir de 24 de outubro do corrente ano, conforme atestado médico em anexo.

(a) FRANCISCO BÜHRER

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, em 29 de outubro de 2007.

Senhor Presidente:

Venho por meio deste, requerer licença médica pelo período de 30 dias ao Deputado Mamede, pelos motivos constantes em atestado médico.

Nada mais para o momento, aproveito da oportunidade para reiterar meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

(a) MAMEDE

Indicações

INDICAÇÃO Nº 336/07

SÚMULA:

Propõe reforma de asfalto ligando Nova Tebas ao distrito de Poema/PR.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1- A reforma de asfalto ligando Nova Tebas, sede do município até a localidade de Poema, numa extensão de aproximadamente 15 quilômetros.

2- A solicitação justifica-se que o referido asfalto devido ao seu prolongado uso ao longo do tempo, está deteriorando e atualmente encontra-se em péssimas condições.

O distrito de Poema é um distrito com propriedades que exploram a cultura temporária e permanente. A produção de café é a única no município. Também exploram a criação de gado leiteiro e de corte. Entretanto essa rodovia municipal é a única saída para escoação de seus produtos.

Sala das Sessões, em 29.10.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 337/07

SÚMULA:

Propõe construção de uma lombada na rodovia Parigot de Souza, PR-092 no município de Siqueira Campos.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1- A construção de uma lombada na rodovia Parigot de Souza PR-092, no entroncamento com a Avenida Joaquim Antônio de Carvalho, perímetro urbano da sede municipal de Siqueira Campos.

2- A solicitação justifica-se pela necessidade de uma lombada como sinalização, com a finalidade de redução de velocidade nesta rodovia.

Sala das Sessões, em 29.10.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 338/07

SÚMULA:

Solicita a instalação da Biblioteca Cidadã no município de Araucária.

A Exma. Sra. Vera Mussi Augusto - Secretária de Estado da Cultura.

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

1- solicita a instalação da Biblioteca Cidadã no município de Araucária.

Sala das Sessões, em 29.10.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária para contribuir com o desenvolvimento cultural e educacional da população deste município. A leitura constitui em um importante hábito na vida do cidadão, trazendo conhecimento e promovendo cidadania.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3149

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, seja concedido o horário do Grande Expediente, do dia 22 de novembro de 2007, para a diretoria da empresa BS Colway.

Sala das Sessões, em 29.10.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Neste dia contaremos com a participação da diretoria da empresa BS Colway, que corre o eminente risco de fechamento em nosso país, gerando o desemprego de mais de 500 funcionários de Curitiba e região metropolitana.

Teremos como objetivo neste Grande Expediente solicitar aos nobres Deputados desta Casa de Leis o apoio junto ao Governo Federal e ao Ministério do Meio Ambiente, para que seja revista a questão de pneus remoldados no Brasil.

REQUERIMENTO Nº 3155

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER seja reservado o Plenarinho desta Casa de Leis no dia 30 de outubro de 2007 às 11h00 para a realização de reunião ordinária da frente ampla pelos avanços sociais.

Sala das Sessões, em 29.10.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 3157

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa o envio de expediente ao Sr. Secretário de Educação do Paraná solicitando a construção de um muro lateral no Colégio Estadual Getúlio Vargas localizado no município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 29.10.07.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Presidente Getúlio Vargas localizado no município de Curitiba já sofreu inúmeros arrombamentos para furto da fiação do alarme do Programa Paraná Digital devido a inexistência de muro na lateral do mesmo, entre outros problemas.

REQUERIMENTO Nº 3166

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Miguel Checchia, ocorrido no último dia 28 de outubro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29.10.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No dia 28 último faleceu, aos 88 anos de idade, Sr. Miguel Checchia, ex-Diretor de futebol e Conselheiro do Coritiba, era filho de Mauro Checchia e Brígida Checchia, deixou viúva Dona Liberty Fraxino Checchia.

Checchia, participou de uma época de “vacas magras” no Coxa, quando entre 1960 e 1968 o clube amargou 8 anos de jejum de títulos paranaenses. Ele foi o braço direito do então Presidente Ayrton Cornelsen.

Nos anos que se seguiam, Miguel Checchia continuou participando da vida do clube, como Conselheiro.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência, nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Repousa, pois, valente lutador.

Permaneceremos, porém, fiéis a sua memória e os seus exemplos e suas lições, continuarão a ser a nossa bússola na luta pelo bem estar de nossa gente.

Rogamos ao Pai celeste, que nossos amigos e familiares de Miguel Checchia, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento difícil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Checchia, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3147

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de congratulações à MACPONTA Máquinas Agrícolas Ponta-grossenses Ltda., pela inauguração das novas instalações no dia 17 de outubro passado.

Sala das Sessões, em 29.10.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3148

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações, contendo agradecimentos e votos de louvor à Igreja Seicho-no-Iê do Brasil, na pessoa do seu Diretor-Presidente Professor Yoshihico Juassaca, por ter tornado possível a realização do Encontro Nacional em Prol da pequena vida.

A realização em referência será através da Superintendência da Associação da Pomba Branca da Igreja Seicho-no-Iê do Brasil, que realiza todos os anos uma atividade voltada para a valorização da vida humana em uma das capitais do Brasil. E, neste ano a cidade de Curitiba foi contemplada para sediar este encontro.

No livro para orientação para mães, de autoria do Dr. Masaharu Taniguchi fundador da Igreja Seicho-no-Iê diz: Para que possamos respeitar a vida, é preciso compreender antes que a vida humana. Somente através desta compreensão é que poderemos respeitar e reverenciar a vida." Assim, o objetivo desta atividade é de convidar o público em geral, principalmente as gestantes e senhoras, para mostrar através de palestras, a importância da educação intra-uterina, as razões científicas à favor da vida.

Por essas razões propomos o presente votos de louvor.

Sala das Sessões, em 29.10.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3152

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações à Cooperativa Agroindustrial de Rolândia - COROL, que completa 44 anos de fundação nesta terça-feira, dia 29 de outubro de 2007.

É uma empresa com 8.000 associados e 3.000 colaboradores.

Atualmente, está investindo 90 milhões de reais na construção do moinho de trigo e na ampliação da usina de açúcar e de álcool.

Sua produção é de 2,3 milhões de sacas de açúcar e 45 milhões de litros de álcool.

Sua meta de expansão é de construção de uma usina em Sertaneja e 1 frigorífico para abate e exportação de carne bovina.

Sala das Sessões, em 29.10.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3160

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao atleta maringaense Alcides Francisco da Silva - Tupã,

que aos 62 anos conquistou a medalha de prata, classe veteranos master, no World Master Athletic Championships, na Itália, em Riccione.

O mundial foi realizado de 2 a 17 de setembro de 2007, reunindo atletas veteranos de todo o mundo.

O pioneiro no atletismo, o maringaense Alcides conquistou a medalha de prata com marca de 5 metros e 56 centímetros, que é o nome recorde sul-americano.

O atleta já integrou a seleção de atletismo de Maringá e do Paraná. É também árbitro de atletismo da Federação de Atletismo.

Alcides integra a Associação dos Corredores de Rua de Maringá e diz que a idade não é limite para a prática de esportes.

Sala das Sessões, em 29.10.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3165

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Planaltina do Paraná, pela passagem do seu 51º aniversário de emancipação política, no próximo dia 12 de novembro de 2007.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Antonio Sirena, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito Sr. João Flauzio Baravieira, bem como a todos os Srs. Vereadores para em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Planaltina do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.10.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que a população de Planaltina do Paraná irá comemorar, no próximo dia 12 de novembro, o transcurso de seus 51 anos de emancipação política.

O desenvolvimento de uma coletividade municipal depende de vários fatores. Entre eles estão o grau de participação de seus membros com Prefeitos e Vereadores na discussão dos assuntos que lhes dizem respeito e a qualidade de seus representantes. Numa sociedade democrática, há de existir necessariamente, participação e representatividade.

O legítimo exercício das funções legislativas e Executiva, repousa justamente no consentimento popular.

Ao serem eleitos, tanto Prefeito como Vereador, recebem uma delegação para agirem em nome do interesse do povo e, cabe a sociedade fiscalizar suas atuações.

Toda a população de Planaltina do Paraná é digna do nosso respeito e admiração pela colaboração eficiente em prol do desenvolvimento do município.

Através desta proposição, parabenizamos as autoridades constituídas do município bem como o povo em geral, pelo transcurso do 51º aniversário de emancipação política de Planaltina do Paraná.

REQUERIMENTO N° 3167

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Amaporã, pela passagem, no próximo dia 12 de novembro de 2007, do seu 46° aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a Exma. Sra. Terezinha Fumiko Yamakawa, Prefeita Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Edson Moraes Cruz, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Amaporã.

Sala das Sessões, em 29.10.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que toda a população de Amaporã irá comemorar festivamente, no próximo dia 12 de novembro de 2007, a passagem do seu 46° aniversário de emancipação política. Assim sendo, elevamos nosso pensamento a Deus para que abençoe seus administradores e toda a população que tem colaborado sempre para o desenvolvimento cada vez maior do município.

O ano de 1948 representou o início oficial da ocupação das terras do atual município de Amaporã, que no começo chamou-se Jurema.

Os primeiros colonizadores de Amaporã foram: Justino Rodrigues de Souza, Mariano Viana e José Viana. Após algum tempo estabeleceu-se Gustavo Marques de Oliveira. Pela Lei Estadual n° 116, de 23 de agosto de 1955, foi criado o Distrito Administrativo de Jurema, com território pertencente ao município de Paranavaí. Em 25 de julho de 1960, através da Lei Estadual n° 4245, foi criado o município de Jurema, com território desmembrado do município de Paranavaí.

A instalação oficial ocorreu em 12 de novembro de 1961, sendo primeiro Prefeito Municipal eleito o Sr. Nelson Busato dos Santos. Um ano após ser emancipado o município de Jurema mudou de nome. Pela Lei Municipal n° 37, de 13 de junho de 1961, sua antiga denominação foi alterada para Amaporã.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, sente-se honrado em associar-se às manifestações de júbilo das autoridades e do povo em geral, pelo transcurso do 46° aniversário de emancipação política de Amaporã.

REQUERIMENTO N° 3168

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Realeza pela passagem, no próximo dia 12 de novembro, do seu 44° aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Eduardo André Gaievski, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Robson Schwartz bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Realeza.

Sala das Sessões, em 29.10.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No transcurso da significativa data da comemoração dos 44 anos de emancipação do município de Realeza, associamo-nos às justas manifestações de júbilo de toda a população augurando prosperidade e muito sucesso.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados ao povo de Realeza, é que o Sr. Prefeito e os Srs. Vereadores vêm dando o máximo de seus esforços para o cumprimento dos objetivos propostos.

A política é definida ora como ciência, ora como arte de governar. Não importa, entretanto, o sentido da palavra, mas sim a sua finalidade de promover o bem comum. O fundamental é que em qualquer campo, se busque o aprimoramento das relações humanas e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e feliz.

Portanto, sentimo-nos orgulhosos em parabenizar o povo trabalhador de Realeza, pelo transcurso do seu 44° aniversário de emancipação política, que será comemorado no próximo dia 12 de novembro.

REQUERIMENTO N° 3169

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Campina da Lagoa, pela passagem, no próximo dia 04 de novembro, de seus 46 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Celso Ferreira, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Adão Alexandre Czuczman bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 29.10.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que a população de Campina da Lagoa irá comemorar, no próximo dia 04 de novembro, mais um aniversário de sua emancipação política.

Em 1940 chegaram à região os agricultores Joaquim Pereira dos Santos e Salvador Ananias Pereira. Vieram acompanhados de outras pessoas que tencionavam se fixar neste solo, comprovadamente fértil. Este grupo veio de Guarapuava, cortando, caminho na mata e enfrentando todo tipo de adversidades, pararam a se defrontar com um lugar onde existiam três lagoas, e ali armaram acampamento, lançando os fundamentos da futura povoação de Campina da Lagoa.

A primeira denominação do povoado que se formou foi Campina das Três Lagoas. Por volta de 1942, inúmeras famílias procedentes dos mais diversos lugares do país começaram a aparecer no lugar, incrementando a povoação. Em pouco tempo houve mudança da denominação de Campina das Três Lagoas, que passou a se chamar Estrela do Vale do Piquiri.

Lei Estadual nº 2054, de 30 de janeiro de 1955, o povoado passou à categoria de território desmembrado do município de Campo Mourão e a denominação alterada para Campina da Lagoa. A instalação oficial ocorreu no dia 14 de novembro de 1961, sendo que o primeiro prefeito municipal foi o Sr. João Ferminos.

O município de Campina da Lagoa que atualmente tem sob seu comando o Prefeito Celso Ferreira, e sua eficiente equipe de trabalho, vem realizando com dedicação, segurança, e espírito de luta, uma administração correta em todos os sentidos, sendo, portanto, merecedor do nosso aplauso e reconhecimento.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às homenagens devidas às autoridades constituídas do município de Campina da Lagoa, e à população em geral, na festiva data da comemoração de seus 46 anos de emancipação política e administrativa.

REQUERIMENTO Nº 3164

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Dr. Rafael Iatauro, Secretário Chefe da Casa Civil, após ouvido o douto Plenário, informar se o Governo do Estado firmou, nos últimos 5 anos, convênio com a FUNPAR - Fundação da Universidade Federal.

Em caso positivo, informar quando e quantos convênios foram celebrados, e qual o objeto de cada um deles, juntando as respectivas cópias.

E, ainda, se algum dos convênios firmados envolvia cessão de servidores públicos do estado para a FUNPAR ou da FUNPAR para o estado, com ou sem ônus para o erário estadual, informar o nome dos respectivos servidores, onde foram lotados e para o exercício de qual a função?

Sala das Sessões, em 29.10.07.

(aa) DUÍLIO GENARI, ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ.

REQUERIMENTO Nº 3170

SÚMULA:

Requer o envio de Pedido de Informações ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Senhor Presidente:

1 - Quantas e quais Prefeituras do Estado do Paraná repassam verbas para ONG's e demais instituições privadas sem fins lucrativos?

2 - Qual o nome dessas instituições e o valor repassado para cada uma delas?

Sala das Sessões, em 29.10.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Os repasses de recursos públicos para o terceiro setor não possuem controle rígido nem legislação que obrigue a uma prestação de contas rigorosa. As denúncias contra ONGs e OSCIPs que têm abusado da falta de controle se multiplicam. Algumas denúncias dão conta que determinadas prefeituras têm comprometido grandes parcelas do orçamento com contratos firmados com o terceiro setor, caracterizando, em alguns casos, uma terceirização de serviços que são de obrigação do município. O levantamento completo de dados possibilitariam a essa casa exercer uma fiscalização mais rigorosa sobre os repasses e possibilitando a correção de possíveis irregularidades.

REQUERIMENTO Nº 3142

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja transcrita nos Anais da Casa, matéria publicada na data de hoje, na página 3 (três), no Jornal Diário da Manhã de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29.10.07.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 766/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Assistência Social “O Brasil para Cristo”, com sede e foro na cidade de Telêmaco Borba, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.10.07.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei tem por objetivo declarar de utilidade pública a Assistência Social “O Brasil para Cristo”, com sede e foro no município de Telêmaco Borba-PR, entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo o encaminhamento para consultas médicas e de especialidades, cirurgias, fornecimento de cadeiras de rodas, kit's escolares e cestas básicas para famílias cadastradas, entre outras.

A iniciativa se justifica tendo em vista os relevantes serviços prestados pela entidade à comunidade, conforme se pode verificar nas atas e relatórios de atividades juntados ao projeto, bem como preenche todos os requisitos formais e legais.

A aprovação do presente projeto permitirá à entidade requerer recursos oriundos dos poderes públicos, o que facilitará a execução de seus objetivos e para tanto, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 767/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no calendário oficial do estado do Paraná o Dia do Trabalhador da Área de Reciclagem e Sucatas do Estado do Paraná.

Art. 2º O Dia do Trabalhador da Área de Reciclagem e Sucatas do Estado do Paraná, será realizado e comemorado no dia 10 nos meses de julho de todos os anos vindouros pelos trabalhadores recicladores e catadores de papéis, latinhas, garrafas, plásticos, metais ferrosos e não ferrosos, mineiras e não minerais.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.10.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa instituir o Dia do Trabalhador da Área de Reciclagem e Sucatas do Estado do Paraná, para que esta importante classe trabalhadora tenha o seu dia comemorativo, em todos os anos vindouros, dos trabalhos realizados a sociedade paranaense.

Sabedores somos que somente nós, seres humanos produzimos lixo. Onde este é responsável por um dos mais graves problemas ambientais de nosso tempo. Seu volume é enorme e vem aumentando intensa e progressivamente, principalmente nos grandes centros urbanos, atingindo quantidades impressionantes, como por exemplo os 14 milhões de quilos coletados diariamente na cidade de São Paulo. Os sacos de lixo recolhidos em apenas um dia, nessa cidade, enfileirados, cobriram os 2.000 km que separam São Paulo-SP e Salvador-BA.

Na maior parte dos municípios brasileiros (cerca de 76% deles), o lixo é simplesmente jogado no solo, sem qualquer tipo de cuidado, formando os lixões, altamente prejudiciais à saúde pública.

O lixo se acumulado, dia-a-dia, potencialmente será um transmissor de doenças por vias indiretas. As consequências da disposição inadequada do lixo no meio ambiente são a proliferação de vetores de doenças (como ratos, baratas e micróbios, a contaminação do lençol freático e do solo pelo chorume (líquido escuro, altamente tóxico, formado na decomposição dos resíduos orgânicos do lixo) e a poluição do ar, causada pela fumaça proveniente da queima espontânea do lixo exposto.

Mesmo em cidades onde o lixo é tratado em aterros sanitários, como São Paulo, pode-se ter uma idéia da extensão do problema verificando-se que, para acomodar a quantidade enorme de lixo produzida todos os dias, existem apenas dois aterros em funcionamento - cuja capacidade já se esgotou.

Dentro desse quadro, a coleta seletiva de lixo aparece não como a solução final, mas como uma das primeiras e mais importantes possibilidades de redução do problema.

Produzimos lixo composto por diversos tipos de material, grande parte reaproveitável. Centenas de milhares de toneladas de plásticos, vidros, papéis, papelões, latas de alumínio e de aço que poderiam ter destino mais nobre que atulhar os espaços vitais de nosso território, ficando sepultadas para sempre.

Estes trabalhadores realizam a coleta seletiva, separam tudo o que pode ser reaproveitado, enviando-se esse material para reciclagem.

A coleta seletiva não só contribui para a redução da poluição causada pelo lixo que produzimos como também proporciona economia de recursos naturais - matérias-primas, águas e energia e, em alguns casos, pode representar a obtenção de recursos, advindos da comercialização do material.

Neste contexto, pretende-se através deste projeto de lei, dar a importância devida da atuação desses profissionais para com a sociedade, favorecendo e respeitando a família paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 768/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Igreja Pentecostal Doutrina dos Apóstolos, com sede e foro no município de São José dos Pinhais - Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.10.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Igreja Pentecostal Doutrina dos Apóstolos, com sede e foro no município de São José dos Pinhais - Paraná, CNPJ nº 81.395.121/0001-81, é uma Associação religiosa sem fins lucrativos, de duração indeterminada. Destina-se a pregar o evangelho de Nosso Sr. Jesus Cristo, no território nacional e no exterior, reconhece as Sagradas Escrituras do Velho e o Novo Testamento, como regra única e infalível de sua fé definidas no Novo Testamento, de onde provem sua disciplina e Governo.

Sendo assim, faz-se a necessidade de declaração, por se tratar de instituição sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para o bem-estar da sociedade que se volta para a área religiosa e assistencial.

Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 769/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os créditos tributários devidos em decorrência da legislação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, as multas de trânsito

estaduais e taxa de estada do DETRAN, lançados até 31 de dezembro de 2006, poderão ser parcelados em até 12 (doze) parcelas, forma e prazo estabelecidos em Decreto do Poder Executivo.

§ 1º O não pagamento de quaisquer das parcelas nos prazos fixados, importará na imediata exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios desta lei apenas no que se refere aos valores das parcelas.

§ 2º O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 100,00 (cem reais).

§ 3º O disposto neste artigo não enseja a restituição ou compensação de crédito tributário já extinto.

Art. 2º A presente lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.10.07.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa o parcelamento em até 12 (doze) meses às multas e estadias de carros no DETRAN. Este trará benefício tanto para o Poder Público, como para os motoristas pois, com isso o proprietário do carro terá mais chances para pagar a dívida.

Desestimulando a inadimplência, viabilizará a retomada da posse dos veículos de muitos profissionais liberais que necessitam em muito de seus carros para conseguirem os seus sustentos e o de suas famílias, e a única maneira dessas pessoas pagarem as dívidas é pelo trabalho obtido por meio de seus carros.

Além desses profissionais liberais, muitas outras pessoas com rendas baixas necessitam de um modo mais justo para pagarem as suas dívidas perante o Departamento de Trânsito.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 770/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Paranaense dos Artesões - ARTEPA, com sede e foro no município de Paranavaí.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.10.07.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense dos Artesões - ARTEPA, com sede e foro no município de Paranavaí, conforme disposto no artigo 1º de seu estatuto é entidade civil sem fins lucrativos, que tem como objetivos

principais, conforme se vê no artigo 3º desse mesmo diploma legal “Pugnar pelos interesses legítimos dos profissionais que representa, organizar e manter serviços de utilidade para seus sócios, promover meios de instruir, esclarecer e orientar seus sócios quanto a suas atividades.” (centro da cidade, cf. art. 1º).

Atualmente, a ARTEPA atende várias pessoas de todas as idades, prestando serviço inestimável à comunidade de Paranavaí, sobretudo dos extratos menos favorecidos.

A declaração de utilidade pública da ARTEPA constituirá, pois, incentivo indispensável para que essa entidade possa continuar a desenvolver seu trabalho sempre carente de meios, de modo que assim possa pleitear recursos adicionais a fim de que continuar a auxiliar todas as pessoas que dela dependem e que, a cada dia, mais a procuram.

Pequenos Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não havendo expediente a ser lido, no Pequeno Expediente passo a palavra à primeira oradora inscrita, Deputada Cida Borghetti.

Deputada Cida Borghetti

A SRA. CIDA BORGHETTI

Sr. Presidente Nelson Justus; 1ª Secretária, Deputada Beti Pavin; 2ª Secretária, Deputada Luciana Rafagnin; assessores da Mesa; colegas Deputados; demais Deputadas desta Casa, a imprensa.

Nesta tarde, com certeza subo à tribuna - Deputado Batista que representa também a cidade de Maringá, assim como nós e a região - para falar de uma triste cena que o Paraná, o Brasil e toda a nossa região pode assistir, tal qual, Sr. Presidente, cenas do filme como assistimos nas telas de cinema ou de televisão, Deputado Elton, uma cena de horror, de terror, aonde o tema foi a infância interrompida da menina Márcia, 10 anos, um crime bárbaro, violento e que chocou a todos nós.

O Deputado Belinati falou na semana que passou e hoje confesso que fiquei abalada no sábado pela manhã, em Maringá, Deputado Belinati, quando escutei o relato de Natanael, conhecido hoje como o monstro da região de Maringá.

A imprensa não colocou na íntegra todo o seu relato e entendemos por que, mas no sábado lá na cidade, realmente eu me senti como a mãe da Márcia, como também parte da sua família, com certeza, por estar vivendo essa triste história.

Fui Presidente da comissão, Sr. Presidente, Nelson Justus, desta Casa na legislatura passada, dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente. Nesta função tive a oportunidade de escutar, discutir, ouvir casos de violência contra a mulher, contra a criança e também contra o adolescente.

Este caso que estamos falando e que chocou a todos nós, que a vítima foi a menina Márcia, faço minhas as palavras do Delegado, Dr. Brandão, Delegado da 9ª SDP de Maringá que disse: “Deus nos ajudou a prender este monstro, bandido não se cria em Maringá e nem na nossa região.” A menina Márcia Andréa do Prado Constantino, aos 10 anos de idade foi barbaramente assassinada, amarrada na cama, violentada, asfixiada com um saco plástico na cabeça. Após a morte o assassino necrófilo, ainda não satisfeito, ateou fogo no seu corpo.

A consternação neste momento nos faz cobrar a reflexão das autoridades da saúde, da segurança, da saúde mental. Este homem já foi condenado por crime semelhante a 12 anos de prisão, após 5 anos de reclusão conseguiu liberdade e voltou a matar, a assustar pessoas de bem.

É preciso avaliar melhor a saúde mental dos criminosos, para que uma pessoa capaz de crime tão bárbaro fique apartada da sociedade, longe das pessoas de bem! Essa possibilidade legal já existe, Sr. Presidente, mas para efetividade da norma os responsáveis pela saúde pública devem criar mecanismos para avaliar a saúde mental dos reclusos, antes da expedição de alvarás de soltura.

Para concluir, Sr. Presidente, a vida da pequena Marta não será restabelecida, e sua família viverá essa dor, contudo podemos refletir e cobrar a atuação da saúde pública, de todos os demais seguidores da vida pública, Deputada Beti, Deputada Luciana, vocês são, algumas mães, algumas donas de casa, mas também como nós, como mulheres pensam que pode ser diferente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, na manhã de hoje, eu que presido o Bloco Agropecuário, fizemos uma Audiência Pública junto com a Comissão de Agricultura da Câmara Federal, onde o 1º Vice-Presidente, Assis Miguel do Couto, acompanhou essa Audiência. Também estiveram aqui o Deputado Luiz Claudio Romanelli, Deputada Luciana Rafagnin, Deputado Pedro Ivo, onde tratamos de um tema, de um programa extraordinário para todo o país, que se chama Luz Para Todos. Nós, na qualidade de Deputado do Governo, chamamos aqui, junto com o Deputado Assis e em nome do Bloco Agropecuário desta Casa, representantes da COPEL. Estava aqui o Ravedutti, Diretor da COPEL, também estavam os representantes das Minas de Energia, o Áureo e o Alcindo que representam a ELETROSUL.

Esse programa extraordinário já chegou a 36 mil propriedades do estado do Paraná, já beneficia mais de uma centena de paranaenses e a demanda é tão grande, Deputada Beti Pavin, foram encerrados dois contratos já,

onde se atingiu a meta que tem demanda para mais 32 mil e estabelecimentos do estado do Paraná.

A previsão do encerramento do programa aqui para a região sul é até o final de 2008. A preocupação levantada é que não haverá prazo para executar esse programa. Temos que fazer uma ação política junto ao Governo do Presidente Lula e do Governador Requião para que, se não forem cumpridos os prazos, se estendam esses prazos para se universalizar o acesso à energia elétrica às comunidades dos mais diversos rincões do estado do Paraná e isso, sem sombra de dúvida, beneficia muita gente.

Estiveram aqui, Sr. Presidente, pelo menos 8 Prefeitos, acredito que uns 40 Vereadores, e representando a FETAEP, o Ademir Muller, Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná. Também estava presente o Presidente da FETAP Sul do Paraná. Estavam aqui, nada mais nada menos que uns 25 Presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais. Estava também o representante da FAEP.

Foi uma reunião muito representativa, que o objetivo é fazer com que este programa que já é bom seja ainda mais eficiente, consiga levar mais energia elétrica e todos os produtores, às pessoas assentadas, aos pequenos produtores, comunidades indígenas que ainda existem no Paraná, comunidades quilombolas, as pessoas excluídas, de fato, pela sociedade que estão no interior morando na propriedade, mas que não têm energia elétrica. Eu fui testemunha do assentamento na cidade de Diamante do Oeste, lá onde uma ação concreta do INCRA está levando e fazendo o arruamento das estradas do interior e acesso às propriedades, também chegavam junto às propriedades.

Era uma emoção extraordinária para as famílias que recebiam. Se comoviam e não sabiam como agradecer, à medida em que a energia elétrica chega a essas propriedades.

Aliás, os dados do IBGE já apontam, em função de vários programas, não só do Luz Para Todos, como também o PRONAF que está chegando cada vez a mais famílias, o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, e tantos outros programas, está diminuindo a curva do êxodo rural, está havendo uma inversão.

Isso é muito importante, extraordinário. Não temos dúvidas, do Luz para Todos, tinha uma demanda que dados do IBGE apontavam que precisava de 36 mil estabelecimentos. Essa meta já foi cumprida, apareceu e tem mais demanda para 32 mil. A programação precisa ser dilatada. No ano que vem não vai ser possível concluir tudo isso, porque é muita demanda.

É um programa que, de fato, faz sucesso, tem reclamações, naturalmente que tem, por isso que surgiu a Audiência Pública, serão buscadas as soluções junto a ANEEL, tiramos uma comissão desta Casa onde ficaremos monitorando o Conselho Gestor do Luz para Todos, que quem coordena isso é a ELETROSUL e as entidades que aqui estavam sabem que precisam participar acompanhando as reuniões do Conselho Gestor do Luz para Todos, as dúvidas foram tiradas e esse programa certamente beneficia e beneficiará muito mais paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Deputado Péricles de Mello, no Pequeno Expediente.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Recebi na manhã de hoje uma correspondência do Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região Metropolitana, relatando uma série de questões importantes relativas à segurança, pedindo que marcássemos uma Audiência Pública sobre a questão da segurança que particularmente diz respeito às empresas fantasmas.

Inicialmente, João Soares repudia a ação da empresa privada Centronic, no caso que acarretou a morte do adolescente em Curitiba, filho do jornalista, caso esse teve repercussão em todo país, uma coisa trágica, o rapaz foi torturado e assassinado, porque estava pichando o muro em Curitiba.

Mas o João Soares acha importante deixar claro que se trata de um caso isolado de uma empresa que não segue as normas de trabalho defendidas pelo Sindicato.

(Lê):

“O Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região Metropolitana, João Soares, repudia a ação da empresa de segurança privada Centronic, no caso que acarretou a morte de um adolescente em Curitiba.

É importante deixar claro que se trata de um caso isolado, de uma empresa que não segue as normas de trabalho defendidas pelo Sindicato. Em 21 anos de atividade no Paraná, o SindVigilantes nunca presenciou um caso desse gênero. Por isso, não podemos generalizar esse tipo de acontecimento, e condenar injustamente os demais vigilantes que trabalham dignamente.

De acordo com o sindicato, os vigilantes contratados pela Centronic não são preparados adequadamente, e apesar da empresa ser legalizada e responsável por fazer a segurança, quando contratados os seus serviços, os funcionários não tinham o direito de agir com violência, torturar e matar o adolescente.

O SindVigilantes denuncia desde 2003 à Polícia Federal, as irregularidades da Centronic, sobre indícios de que os funcionários usam armas com identificação adulterada.

Para o sindicato, trata-se de funcionários bandidos, mal contratados pela empresa. O trabalhador de segurança privada não pode andar armado na rua, pois o trabalho de patrulhamento é exclusivo da Polícia.

O sindicato faz alertas freqüentes de que empresas clandestinas que fazem segurança eletrônica geralmente colocam seguranças para trabalhar armados e sem preparo profissional.

O sindicato já se mobilizou e pediu à Polícia Federal o fechamento da Centronic. A PF recolheu documentos da empresa para análise e, se forem constatadas irregularidades, a Centronic pode perder a autorização para trabalhar com segurança privada.

O problema das empresas clandestinas, que atuam fora das normas legais e sem a autorização da Polícia Federal, é antigo. Há tempos, o Sindicato dos Vigilantes luta contra essa prática para defender o trabalho sério dos vigilantes das empresas legalizadas.

Em Curitiba e região metropolitana são aproximadamente 120 empresas irregulares, sem registro na Polícia Federal. De acordo com o Sindicato dos Vigilantes, a estimativa é de que 300 empresas trabalham na clandestinidade, em todo Paraná. São 45 mil funcionários despreparados, que fazem segurança sem controle das autoridades, para 18 mil regularizados no setor. Esses números concorrem também com apenas 68 empresas legalizadas em todo o estado.

Cascavel

Outro caso de empresa de segurança privada clandestina trata-se do ataque promovido por uma milícia a 150 pessoas da Via Campesina que acampavam na fazenda Syngenta em Santa Tereza do Oeste e que acarretou na morte do militante sem-terra, Valmir Mota, de 42 anos.

Mais um caso - empresa clandestina Impacto

Ontem, domingo, mais um caso de violência promovido por vigilantes clandestinos acabou em tragédia.

Um rapaz de 24 anos foi perseguido e morto a tiros, por segurança da empresa clandestina Impacto, em Tatuquara. O Sindicato dos Vigilantes de Curitiba já havia denunciado, em Audiência Pública realizada aqui na Assembléia, que o Impacto figurava a tempos na lista de empresas irregulares que constam na página na internet da entidade.

O Presidente do Sindicato dos Vigilantes explica que essa é uma empresa que já devia ter sido fechada, e que o trabalho da entidade é de fiscalizar e denunciar à Polícia Federal, responsável pela autuação e fechamento das empresas de vigilância e segurança privada irregulares.”

Vou propor a realização de uma Audiência Pública em parceria com Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e região, para debater as consequências dos serviços prestados por empresas de vigilância clandestinas no Paraná e defender uma fiscalização rigorosa da Polícia Federal. A data previamente agendada da Audiência é 7 de novembro, quarta-feira, a partir das 8h no plenarinho da Assembléia.

São questões muito importantes. Até, Deputado Marcelo Rangel, quando o senhor apresentou aquele projeto, quando o senhor retirou o Sindicato dos Vigilantes, se opôs com essa preocupação, que facilitasse. A sua intenção foi muito nobre, disso não discordamos, mas que houvesse uma brecha legal para facilitar o aumento de empresas de vigilância clandestina. Os casos que aconteceram, um rapaz assassinado, torturado por uma empresa de Curitiba. Esse assassinato de outro jovem também nesse fim de semana, a questão de Cascavel e todas essas questões trazem a necessidade de uma audiência convocando a Polícia Federal, o Secretário de Segurança Pública, o Sindicato de Vigilantes, para que possamos dar uma solução para esse problema grave dos vigilantes clandestinos. Havia tido um café da manhã

com os dirigentes da Polícia Militar do Paraná e eles colocaram também esse problema. Inclusive muitos policiais militares, por ganharem um baixo salário e não poderem fazer hora extra, eles acabam sendo contratados por empresas de vigilância clandestina.

E isso traz mais problemas do que solução para a segurança. E nós, nessa reunião, nos propusemos a apresentar um projeto que pode ser polêmico, mas, depois de muito refletir, entendo que é um projeto importante para o Paraná. É a possibilidade do Governo do Estado pagar hora extra para os policiais militares quando for necessário - o que aumentaria o salário dos policiais militares e evitaria que fossem trabalhar em vigilância clandestina - de forma organizada, de forma estruturada, através do comando da Polícia Militar. Por isso, estamos apresentando uma emenda à Constituição sobre esse serviço especial dos policiais militares de todo estado.

Em função dessa correspondência marcamos uma Audiência Pública para quarta-feira. Vou procurar também a Comissão de Segurança desta Casa, para que possamos fazer uma discussão em profundidade, propondo soluções para esses casos graves de empresas de segurança que são clandestinas.

Para concluir, quero manifestar os meus cumprimentos aos funcionários públicos paranaenses. Hoje, dia 28 de outubro, é dia do funcionário público. Queremos manifestar a nossa solidariedade. É muito importante afirmar o papel do servidor público responsável por um estado democrático, estado de direito, num momento da história em que a ideologia dominante ataca muito a figura do funcionário público. Mas nós em outro momento usaremos a palavra sobre esse assunto específico.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, o próximo orador inscrito é o Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente Nelson Justus.

Gostaria de ter alguns minutos da sua atenção. Vou encaminhar a V. Exa. informações encaminhadas pelo Chefe da Casa Civil, Sr. Rafael Iatauro, aonde ele encaminha à Liderança da Oposição, informações sobre o famoso cartão corporativo.

Sr. Presidente, fizemos um profundo estudo sobre as informações encaminhadas pelo Dr. Rafael. Quero dizer que, por mais esforço que foi feito, não conseguimos chegar à conclusão nenhuma. As informações encaminhadas pelo Secretário são tão vagas que ele está menosprezando a inteligência e até a vontade de clarear esta situação.

Então, Sr. Presidente, pelo respeito que tenho por V. Exa., estarei encaminhando esta informação a V. Exa., devolvendo esta documentação, porque, Sr. Presidente,

não é possível que o Chefe da Casa Civil ache que nós, da Oposição, vamos nos conformar com as informações da forma como vieram. Os valores, nós temos! Os valores abusivos sacados do erário público, dinheiro público. Mas, o que o Chefe da Casa Civil encaminha e V. Exa. não estava na última Sessão quando falei e achei por bem falar novamente: ele encaminha à Liderança da Oposição uma relação de servidores públicos que viajaram. O que a Liderança da Oposição e os Deputados de Oposição desejam? Foi sacado R\$ 50 mil com o cartão. Nós queremos saber no que foi gasto, quais os servidores que viajaram? Para onde e fazer o que? Só isto.

Então, vou devolver ao Presidente, porque o Chefe da Casa Civil acha que está tratando com pessoas que se satisfazem com volume de documentos. Se tivesse um pouquinho de boa vontade, o Chefe da Casa Civil, certamente ele não teria gasto tantos documentos, tantas folhas, para prestar as informações que desejamos. Então, estou devolvendo ao Presidente da Casa e espero a manifestação do Presidente da Casa.

Venho aqui e queria falar com o Líder do Governo, hoje. Chegando o Líder do Governo, meu caro Deputado Romanelli, acredito ainda e quero acreditar, pelo respeito que tenho por V. Exa., que não é V. Exa. quem está querendo distorcer o que foi trazido aqui pelos Deputados de Oposição. Quando questionamos a questão dos gastos com ONGs, em nenhum momento nós falamos de APAEs. E quero dizer que as APAEs que eu conheço, tenho certeza absoluta que nenhuma APAE tem dificuldade em prestar contas. São entidades de respeito que usam o dinheiro público. Podem prestar contas a hora que qualquer cidadão desejar, da própria sociedade. Pode ser perto de Londrina, no sul do meu estado, as APAEs prestam contas.

O Deputado Rossoni e o assunto são tão impressionantes que tem muitos que não querem prestar atenção. Mas, quando o Deputado Rossoni trouxe aqui os números das ONGs, 380 milhões gastos pelo Governo, em nenhum momento colocamos aqui que tinha irregularidades. Mas, o que eu disse desta tribuna é que os valores eram exorbitantes. Apenas isso! Não disse mais nada! E quem começou a deixar dúvida no ar foi o próprio Governo.

Mas, quero dizer aos senhores parlamentares que os valores com ONGs não são 384 milhões, mas são 529, porque os valores que tínhamos trazido na última semana eram 384 milhões e aí uma pessoa que também conhece o orçamento do estado nos trouxe mais 100 milhões. Então, agora não são mais 380 e sim 529 milhões. Aí, a agência do estado, com o nosso dinheiro, dos nossos impostos, usa e coloca lá: "Oposição não quer que repasse recursos para APAEs. Oposição quer que não mande dinheiro para APAEs."

Isso é uma notícia sórdida! Desculpem-me a palavra, mas é nojenta! Uma coisa que não pega bem para ninguém que exerce um cargo público. Por essa razão quero dizer aos senhores parlamentares que estaremos

entrando com o projeto de lei autorizando o Governo a repassar os recursos para todas as APAEs do Paraná, desde que elas prestem conta também. Não é porque é uma entidade de conceito que não tenha que prestar contas. E o Governo que não venha com essa conversa dizendo que nós não queremos que repasse os recursos para as APAEs. Voltarei no Horário da Oposição, porque tenho aqui um outro assunto que causa muita estranheza aos Deputados de Oposição. Estão dando tiro nos próprios companheiros! O Governo está perdido!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti, Sras. e Srs. Deputados.

Vou usar o Pequeno Expediente de hoje, para falar rapidamente um pouquinho sobre a Audiência Pública que fizemos em Campo Mourão, na quinta-feira passada, dia 25 de outubro. A audiência Pública quatro horas de muita discussão para tratar desse tema. Não tenho ainda os documentos, o setor de taquigrafia irá me entregar semana que vem. Aí sim, vou discorrer, detalhadamente sobre os problemas que enfrentamos na segurança pública de Campo Mourão e região.

Quero aproveitar para agradecer as pessoas que nos ajudaram nessa Audiência Pública. Começando pelo Deputado Marcelo Rangel, que esteve conosco. Agradecer aqueles que puderam estar presentes e aqueles que não puderam, mais justificaram a ausência, o que entendemos.

Agradecer a presença do Comandante da Polícia Militar do 11º Batalhão; o Delegado-Chefe da Polícia Civil da região de Campo Mourão; vários prefeitos, vários vereadores; o Juiz-Corregedor da comarca de Campo Mourão e região, que ajudou muito com a sua opinião; o Bispo Diocesano de Campo Mourão, que ajudou muito com suas declarações; o Presidente do Conselho de Segurança de Campo Mourão. Mas lamento a ausência do Secretário de Segurança do Estado do Paraná. Ele nem enviou justificativa. E foi avisado com antecedência.

Os detalhes trarei, tão logo receba do setor de taquigrafia, e depois encaminharemos ao Governador Roberto Requião, para que possa fazer as correções necessárias de segurança naquela região.

Agradecer também o setor cerimonial desta Casa, porque uma Audiência Pública precisa do envolvimento de muita gente. A comunidade participou muito ativamente, demonstrando a importância que era essa audiência lá na região. E um dos temas levantados foi a fuga constante de presos de uma delegacia no centro da cidade. Vou trazer a opinião do Juiz-Corregedor e do Bispo e, tenho certeza, vai mexer com muita gente neste estado do Paraná.

Quero, por fim, agradecer o apoio desta Casa para a realização desse evento.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna na tarde de hoje pela preocupação com relação ao que aconteceu semana passada, mas que ainda faltam alguns esclarecimentos.

Ainda não vi nenhum Deputado abordar a questão do Diretor do MST que veio falecer naquele lamentável incidente, onde morreram duas pessoas, que é o Valmir Motta de Oliveira, que tem apelido de Canon. Com o seu falecimento gerou uma outra situação, porque descobriu-se que ele é funcionário da FUNPAR, da Universidade Federal do Paraná.

Na hora que uma pessoa que, teoricamente, é Líder do MST, da Via Campesina, recebe R\$ 3 mil por mês da FUNPAR, ou seja, da nossa Universidade Federal, creio que há possibilidade de termos centenas de casos iguais a este dentro da FUNPAR, que recebem verba do Governo do Estado, do Governo Federal, da própria Prefeitura de Curitiba, para projetos que ele executa. Um desses projetos, que a FUNPAR tem sob o seu comando, tem centenas de pessoas ligadas a esse projeto especificamente, é o projeto chamado Centro do Campo, onde o Sr. Valmir Motta de Oliveira era uma das pessoas contratadas.

Precisamos de esclarecimentos com relação a isso, porque o meu receio é que haja 1, 2, dezenas ou centenas de funcionários da FUNPAR que, na realidade, sejam líderes do MST ou da Via Campesina e que estejam recebendo dinheiro público através desse desvio. Precisamos esclarecer este assunto. Eu queria, apenas, fazer este alerta a Casa. Eu na realidade, vou tomar a providência de pedir esclarecimentos sobre isso, mas fica o alerta de que nós podemos estar tendo, hoje, roubo de dinheiro público sendo desviado para o MST, para a Via Campesina, através da Universidade Federal do Paraná. Esta é uma preocupação muito séria e que um caso específico está comprovado, que é o caso do Valmir Motta de Oliveira.

Muito obrigado!

Horário das Lideranças:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Passa-se ao horário do Grande Expediente. Não havendo orador inscrito, passa-se ao Horário das Lideranças. Consulto a Liderança do PTB. PDT. Bloco PSB/PR/PRB/PV.

(Todos declinam)

Consulto o Bloco PPS/PMN. Com a palavra o Sr. Deputado Marcelo Rangel, por 10 minutos.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel

O SR. MARCELO RANGEL

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa, cidadãos do Paraná.

Hoje, sinto-me na obrigação de fazer este pronunciamento porque, neste momento, milhares de pontagrossenses gostariam de estar aqui no meu lugar para desabafar, Deputada Cida Borghetti, para falar da indignação e do pesar que sentimos ao receber o relatório do Ministério Público, na quinta-feira. Deputado Ney Leprevost, nós estamos indignados, todos os cidadãos pontagrossenses estão indignados.

Uma auditoria realizada na nossa cidade de Ponta Grossa, de agosto de 2003 a setembro deste ano, revelou que 432 pessoas perderam a vida, morreram à espera de atendimento de emergência em apenas um hospital da cidade de Ponta Grossa. Em apenas um hospital, 432 pessoas! É impressionante, inacreditável, mas é verdade, 432 pessoas faleceram à espera de um leito na fila da morte. Srs. Deputados, imaginem todo este plenário lotado, pois esta é a visão que eu tenho dessa tragédia. Só à espera de leitos de UTI foram 234 mortes. Duzentas e trinta e quatro pessoas morreram por falta de UTI em Ponta Grossa.

Srs. Deputados, isso não é apenas mais uma notícia, isso é história. Os nossos filhos e netos vão lembrar desses números. Vão lembrar que famílias perderam os seus entes queridos, agonizando à espera de um leito, como em campos de concentração.

Sr. Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Ney, o tempo de espera - para o senhor ter uma base do que estou falando - para uma vaga de UTI, é de 13 dias, e para um leito clínico é de 37 dias.

Eu gostaria que V. Exas. fizessem uma reflexão. Imaginem alguém de suas famílias, uma mãe, um pai, um filho, padecendo e esperando por uma hora ou talvez duas horas! Imaginem passar um dia todo esperando! Imaginem passar 2 dias esperando! Imaginem essa pessoa querida morrer, sem ter chance de ser atendida! Isso aconteceu com centenas de famílias! Agora, pergunto: a culpa é de quem? Quem irá se responsabilizar?

Os meus primeiros discursos aqui na Assembleia Legislativa foram sobre UTIs e foram sobre saúde. Mas eu estava errado, era fraude. Falei que todo mês morriam pessoas sem atendimento, Deputado Rossoni. Equivoquei-me, eu estava errado. São 3 pessoas que morreram por semana, segundo o relatório da Justiça. Não é meu e nem do Deputado Ney Leprevost o relatório. É o relatório do Ministério Público, que pede a intervenção federal. O Governo já sabia desses números e não nos forneceu as informações quando pedimos. Tivemos que entrar na Justiça, para obter esses dados.

O senhor lembra muito bem, Deputado Rossoni. Mesmo sabendo disso, tentaram nos contestar, como acontece praticamente todos os dias aqui na Assembleia.

Isso é normal. Entendo, Deputado Praczyk, que os Deputados governistas de Curitiba ou de outras cidades não sabiam exatamente o que estava acontecendo ao certo, lá em Ponta Grossa, cidade onde vivemos, mas quem mora lá sabe.

Hoje, tenho certeza que não é este o Governo que o Deputado Romanelli quer. O Deputado Romanelli não quer um Governo deste para Curitiba. O Deputado Dobrandino, que acabou de chegar no plenário, também não quer um Governo deste para Foz do Iguaçu. De jeito nenhum! Este não é o Governo destes Deputados que o defendem.

Quero saber como o Governo do Estado irá responder a tudo isso. Alguns vão ter que ficar bem quietinhos. Proponho que aqueles puxa-sacos, que falam demais, muita bobagem, sem credibilidade, ganham benefícios e comidinhas na hora do almoço, são os mais desafortunados, à tarde. Falam o que o chefe manda. Se eles têm vergonha, que fiquem em silêncio. Pelos menos 432 minutos em silêncio, em respeito a cada vítima do descalço político que se estabeleceu no estado do Paraná.

Toda vez que a notícia não é boa, é mentirosa. Toda vez que a verdade se estabelece, aquele que assim cobra é perseguido e a sua reputação questionável. Dos escândalos não se obtêm respostas. E os factóides? Os factóides são proporcionados por nós, Deputados da Oposição. Nós é que estamos criando factóides: não, Deputado Rossoni! Não somos apenas nós. A imprensa também cria factóides. Mas, não é só a imprensa, a Justiça também cria factóides. Mas, também não é só a Justiça. Quem cria factóides são as famílias que estão chorando hoje lá em Ponta Grossa. Ninguém morre por falta de leitos. Isso será que é um factóide? Existe algo pior do que isso?

Deputada Cida Borghetti, vou lhe dizer: pior do que roubalheira, pior do que maracutaia, pior do que desviar milhões em reais é quando se perdem vidas. Muito pior do que isso é quando pessoas morrem por descaso. O povo de Ponta Grossa está pagando com as suas vidas a promessa de campanha do Governo. O Governo do Estado está realizando a maior obra da história de Ponta Grossa, o hospital regional. Custou 14 milhões e 430 e duas vidas. Não esqueçam que na inauguração tem que ter uma placa com o nome destas pessoas.

Requião tem razão!

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Democratas, com a palavra, Deputado Elio Rusch por 10 minutos.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidente, Cida Borghetti. Aliás, a Mesa muito bem dirigida pelas nossas eminentes Deputadas Beti e Luciana como Secretárias.

Senhores Deputados, quero trazer dois assuntos rapidamente na Sessão de hoje.

Primeiro assunto, Deputado Reinhold Stephanes Júnior, já fez referência no lamentável episódio ocorrido no município de Santa Tereza, mais precisamente na área de pesquisa da Syngenta, que vitimou 2 pessoas.

Mas, o mais triste desse episódio é que a imprensa está noticiando que uma das mortes, o Líder da Via Campesina seja funcionário da FUNPAR, a Fundação da Universidade Federal. Se isso for verdadeiro, acho que cabe uma investigação profunda em relação as ONGs, aos recursos que os Governos colocam à disposição dessas entidades.

Srs. Deputados, disse uma vez, a frase não é minha, que só existe uma coisa que confirma os atos da pessoa: o tempo. O tempo se encarrega de confirmar quem está com a razão ou quem usou exatamente algum tempo para se promover, para se projetar.

Pois bem. Aqui na Assembléia Legislativa aprovamos, e nós questionamos, um convênio que o Governo do Estado pretendia fazer com a FUNPAR. Para contratação de funcionários que seriam colocados à disposição da TV Educativa e também da Rádio Educativa. Acho que esse era o objeto do convênio. Questionamos e alertamos da suas ilegalidades e isto foi derrubado.

Será que não existem outros convênios que estão sendo realizados entre o Governo do Estado e a FUNPAR? Será que não se usa, Deputada Cida Borghetti, que a imprensa noticiou uma vez quando houve a invasão no Congresso Nacional por um grupo de movimento sem-terra, e o Líder era financiado por uma ONG que recebeu o dinheiro do Governo Federal? No Congresso Nacional já existe a CPI para apurar as ONGs. Aqui na Assembléia Legislativa procura-se coletar assinaturas, como disse o Deputado Rossoni na semana passada, para constituir a CPI da corrupção. E qual a nossa preocupação de tudo isto - que de repente nesses movimentos sociais, entre aspas, Srs. Deputados, que se dizem os defensores dos pobres, será que não estão sendo usados, Deputado Luiz Carlos Martins, como massa de manobra, e esses movimentos não são financiados com recursos públicos? Para que não se cometa esta injustiça nada melhora do que clareá-las. E como podemos clareá-las? Através das investigações, através das informações que se fazem necessárias.

É por esta razão que eu lamento profundamente. Eu já disse e volto a dizer - acho que nenhum Deputado, independente da sua ideologia, é a favor da violência, como todos nós somos a favor da reforma agrária, mas contra a invasão.

Na última quinta-feira, Sra. Presidente, Srs. Deputados, eu participei na cidade de Cascavel, junto com o Deputado Edgar Bueno, de uma reunião que aconteceu na Associação Comercial, ou seja, na ACIC, e lá estavam representadas inúmeras entidades do oeste do Paraná e todas condenaram veementemente, esta atitude do Governo do Estado em relação a Fazenda Syngenta. A

OAB deixou claro na quinta-feira e a imprensa dever ter noticiado, ao menos na região noticiaram, que a OAB de Cascavel vai entrar com uma ação na Justiça responsabilizando o Governo do Estado por estas invasões e, consequentemente, também as mortes. A OAB vai responsabilizar e vai entrar com uma ação na Justiça pedindo até a improbidade do Governo do Estado do Paraná pelo não cumprimento das decisões da Justiça. Isto foi decidido e aprovado pelas entidades de Cascavel, pela classe de políticos, pelas entidades que lá estavam presentes.

Mas nós esperamos que todos esses fatos e tudo isto possa ser esclarecido. Não podemos aceitar que a violência tome conta do nosso estado. Queremos a paz e a tranquilidade no campo. Não podemos permitir que haja confronto armado entre os movimentos sociais, entre aspas, e os produtores. Não é isto que queremos. Nós queremos que a paz seja envolvida ao campo. E para devolver a paz entendo que só existe uma coisa, de voltar a reinar no país um decreto que tinha no tempo do Fernando Henrique Cardoso. Que decreto era este? Área invadida não será objeto de reforma agrária. Área invadida não será desapropriada para fazer reforma agrária no nosso país. Infelizmente este decreto foi revogado e hoje as áreas invadidas são usadas e o Governo é pressionado para que se faça reforma agrária naquela área. Isto que traz a intranquilidade para o homem do campo.

Segundo assunto, e rapidamente, Sra. Presidente, gostaria de fazer menção sobre uma reportagem que vi, aliás, muito bem feita, no sábado ou domingo, na RPC, ou seja, na Rede Globo de Televisão aqui no Paraná, sobre o canal de desova no Lago de Itaipu. Srs. Deputados, esse canal de desova dos peixes foi construído no canal de Itaipu, é o único no mundo, não tem dois. E dizem que isso serviria de referência para outras usinas existentes no Brasil e no mundo.

Agora, justiça tem que ser feita! Quem construiu esse canal? Foi a Itaipu? Não, não foi a Itaipu. Deputado Luiz Carlos Martins, sabe quem construiu? O Governo Jaime Lerner! Tem que ser dito, o canal da piracema existente em Itaipu não foi construído pela Itaipu, embora a Itaipu hoje diga que é uma obra lá da Itaipu. O canal da piracema que serve de referência não foi construído pela Itaipu, foi construído pelo Governo do Estado, não por este, pelo Governo anterior! Aliás, tem que ser dito, só se fala coisa ruim, coisa boa também tem que falar! O Deputado Dobrandino era Prefeito, na época, em Foz do Iguaçu. O canal foi construído pelo Governo do Estado!

Concluo, Sra. Presidente, isso tem que ser dito, porque não se fala das coisas boas que aconteceram também. Quando você for falar quem construiu o canal diga: Esse canal não foi construído pela Itaipu, foi construído com recursos do Governo do Estado. Mas diga quem construiu, não deixe no anonimato! Se Itaipu hoje é referência no Brasil, no meio ambiente, porque tem milhares e milhares de alqueires de terra de preservação permanente, alguém o fez. Vamos dizer para o povo brasileiro, para o povo do

Paraná, quem foi a favor da Itaipu, quem foi contra? O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva já admitiu que foi contra a construção da Itaipu e hoje sabe que a Itaipu existe graças ao Governo que planejou o Brasil. Tem diretores na Itaipu, Srs. Deputados, que fizeram piquete lá na minha cidade, trancaram a BR-277, contra a construção da Itaipu e hoje são diretores. Não é o caso do Presidente Samek, não, mas outros são diretores da Itaipu. Prefiro não falar os nomes, que cada um faça a sua pesquisa para saber como mudam os tempos: “Sou contra, mas quando posso pegar um galhinho, um gancho, eu aceito e assumo.”

Obrigado Sra. Presidente, Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Ney Leprevost, no horário do PP.

Liderança do PP: Deputado Ney Leprevost

O SR. NEY LEPREVOST

Sra. Presidente desta Sessão, nobre Deputada Cida Borghetti, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Subo nesta tribuna para fazer um convite aos Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná, na próxima quarta-feira, pela segunda vez em Curitiba, a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa irá promover um encontro dentro de um hospital.

Nós estivemos, recentemente, promovendo uma reunião da comissão no Hospital Pequeno Príncipe. Foi uma reunião extremamente positiva porque desencadeou uma série de emendas que serão apresentadas para este importante hospital infantil da América Latina. Um hospital que é referência, um verdadeiro centro de excelência!

Agora fomos convidados pela Deputada Cida Borghetti para promover uma reunião da Comissão de Saúde no Hospital Erasto Gaertner que é mais conhecido como Hospital do Câncer. O Hospital Erasto Gaertner é um hospital importantíssimo não apenas para Curitiba, mas para todo estado do Paraná. Pacientes que sofrem de câncer vêm de todas as regiões do estado em busca de tratamento no Erasto. Mas o Erasto Gaertner, como quase todos os hospitais do Brasil, passa por um momento financeiro extremamente complicado, correndo risco inclusive de ter que diminuir os seus atendimentos à população carente.

Convido a todos os Deputados, não apenas os que são membros da comissão, todos os Deputados que têm interesse em trabalhar pela saúde dos paranaenses, para esta reunião que será na próxima quarta-feira pela manhã lá no hospital.

Quero dizer que a Comissão de saúde desta Casa vem promovendo também reuniões no interior do Paraná. Estivemos, a pedido do Deputado Marcelo Rangel, duas vezes em Ponta Grossa verificando a caótica situação da saúde pública na região dos campos gerais. Inclusive na segunda reunião estiveram presentes os Diretores da

Secretaria da Saúde que se comprometeram a tomar providências para melhorar a situação. Pelo que eu soube, foram criadas algumas novas vagas de UTI nos campos gerais, mas ainda muito aquém do que se faz necessário.

Por isso, Deputado Marcelo Rangel, continue contando com o nosso integral apoio da Comissão de Saúde em sua luta para levar melhores condições aos hospitais dos campos gerais.

Estivemos na Santa Casa de Campo Mourão com o Deputado Douglas Fabrício, estivemos em Santo Antonio da Platina, em Jacarezinho, em Santa Maria, Siqueira Campos, Wenceslau Braz, Piraí do Sul, e estaremos agora nos próximos dias realizando uma reunião da Comissão de Saúde na cidade de Maringá, onde a situação também é problemática.

Quero dizer que me preocupa a maneira como o Governo do Paraná vem tratando da saúde neste estado. Em primeiro lugar, não cumpre a Emenda Constitucional 029. Aliás, há um artigo excelente sobre esse assunto na revista Época desta semana. Os Governadores, quase todos eles estão adotando uma postura semelhante à do Governador do Paraná, não cumprem a Emenda 029, jogam tudo na Emenda 029 como se tudo fosse investimento na área da saúde: merenda escolar, aposentadoria de funcionários públicos, etc. São assuntos importantes, mas assistência à saúde não é isso. Assistência à saúde é pagar bem os profissionais da área médica e os profissionais que trabalham na saúde ambulância, equipamento, novos leitos UI. Isso é assistência à saúde e por isso o Brasil carece, com urgência, de uma regulamentação na Emenda Constitucional 029.

O Governador do Paraná, que se diz o Governador dos pobres, que invoca constantemente a Carta de Puebla, deveria sair na frente e se posicionar pelo integral cumprimento dessa emenda, destinando 12% da receita líquida do estado na assistência à saúde da população mais carente do Paraná, que é exatamente quem sofre, porque as pessoas que têm boas condições financeiras pagam plano de saúde, pagam Amil, pagam Unimed e outros planos que têm por aí. A pessoa carente, o trabalhador mais humilde, esse não tem dinheiro para pagar plano de saúde e vive verdadeiros dramas nas filas dos hospitais.

O que o Deputado Marcelo Rangel trouxe aqui na tarde de hoje é extremamente grave. E os levantados pelo Ministério Público de Ponta Grossa deveriam, pelo menos diante da tragédia que já ocorreu e que não tem mais volta, servir de alerta para que o Governo mude o seu posicionamento em relação à área de saúde, inclusive, fornecendo os medicamentos excepcionais sem que haja necessidade das pessoas estarem, volta e meia, tendo que ingressar com ações na Justiça.

Mas quero dizer, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, que me recorde de um dito francês do século XVII muito proliferado pelos médicos da França. Eles diziam: “Curar quando for possível, aliviar o sofrimento freqüentemente, consolar sempre”.

O que me assusta na área de saúde é que o Governo não demonstra preocupação em aliviar o sofrimento e não demonstra sequer a preocupação de consolar os mais necessitados, que são exatamente as pessoas que sofrem neste momento devido ao descaso do Sr. Governador do Paraná em relação à área de saúde pública. Mas continuaremos atuando com firmeza, permaneceremos vigilantes e, como Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, vamos seguir em frente no nosso papel de fiscalizar a atuação do Governo do Paraná. Fiscalização que muitas vezes nos leva a adotar posturas antipáticas perante as autoridades, mas fiscalização que fazemos com tranquilidade, porque temos a certeza de que não estamos aqui nesta Casa para agradar o governante de plantão, mas sim para fazer com que o orçamento do estado seja investido de forma justa, coerente, principalmente em prol das camadas menos favorecidas da população.

Obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Concedo a palavra ao Deputado Ademar Traiano, no horário do PSDB.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Peço a atenção dos Srs. Parlamentares para aquilo que vou trazer nesta tribuna na tarde de hoje, que considero ser uma denúncia gravíssima com relação a ações do Governo.

Nesse final de semana o colunista da Gazeta do Povo, Celso Nascimento, aborda alguns assuntos ligados ao Governo do Paraná, e entre eles faz um comentário com relação à questão dos pen drive, onde envolve o ex-Procurador do Estado, atual Presidente do Conselho de Administração da ParanaPrevidência, Sr. Sérgio Botto de Lacerda.

Fala o Procurador Sérgio Botto, em nota ao colunista: “Como é de conhecimento público, fui Procurador-Geral do Estado e Presidente do CAD da SANEPAR. Essas condições tornaram-me interlocutor de diversas situações de Governo, dentre as quais a do conflito acerca do acordo de acionistas da SANEPAR entre o estado e a Dominó Holdings.

Embora fora do Governo há quase 8 meses, permanece mantendo contato pessoal com diversos personagens desse contexto. Um deles, o Sr. Marlik Bentabet, Presidente da empresa francesa que tem participação na SANEPAR, pediu-me que o aproximasse do Governador Roberto Requião, o que fiz no presente mês de outubro. É claro que tal assunto não me diz respeito, visto que representantes oficiais dos interesses envolvidos podiam e deviam agir.

Quanto ao tema específico de sua coluna, informo que em conversações que o Sr. Malik tem mantido com setores do Governo, surgiu, sim, de sua parte proposição

para me contratar como advogado, proposição essa que foi por mim recusada, como se vê no e-mail abaixo.”

Diz na nota, ainda, o Procurador Sérgio Botto de Lacerda, em documento encaminhado ao Sr. Marlik: Li a proposta de contrato de prestação de serviços. Com toda a sinceridade que sempre marcou nossa relação, estou recusando a proposição.”.

Observem, Srs. Deputados, as razões da recusa da proposição do ex-Procurador do Governo do Estado, que representa os interesses do Governo do Estado do Paraná, os valores claramente insignificantes frente à dimensão a ser enfrentada.

Pois bem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é gravíssima esta acusação. O que diz o Código de Processo Penal e o que diz o Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil, no seu artigo 20: “O advogado deve abster-se de patrocinar causa contrária à ética, à moral, à sua vontade, de ato jurídico que tenha colaborado, orientado ou conhecido em consulta, da mesma forma deve discriminar seu impedimento ético quando tenha sido convidado pela outra parte, se esta lhe houver revelado segredos ou obtido seu parecer”.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o ex-Procurador Sérgio Botto de Lacerda incorre em um erro gravíssimo, que poderá ser enquadrado pelo Código de Processo Penal, no artigo 355, que na seqüência farei a leitura, em função exatamente desta sua recusa, entre aspas, Srs. Deputados, do valor insignificante, porque se o valor fosse realmente e altamente estimulante, com certeza o Procurador ou ex-Procurador Sérgio Botto de Lacerda jamais iria recusar tamanha proposta feita pelo então Grupo Dominó.

Mas, o que é mais grave, o ex-Procurador Sérgio Botto de Lacerda, quando Presidente do Conselho Administrativo da SANEPAR, foi ele próprio que redigiu o ato que retirou o Grupo Dominó do controle acionário.

Portanto, Srs. Deputados, é realmente lamentável o comportamento do ex-Procurador Sérgio Botto de Lacerda, quando aproxima-se daqueles que na verdade no momento em que presidia o Conselho de Administração da SANEPAR, em ato seu o afasta ou afasta do convívio da SANEPAR e já na seqüência, num conluio, com certeza, numa corrupção passiva, se soma àqueles que outrora pertenciam e no momento oportuno foram colocados fora do processo para advogar seus interesses junto ao Governo do Estado. Incorre, sim, o ex-Procurador Sérgio Botto de Lacerda em crime previsto no Código de Processo Penal, que diz assim, no seu artigo 355: *Trair, na qualidade de advogado ou Procurador, o dever profissional, prejudicando interesses cujo patrocínio em juízo lhe é confiado - Pena: detenção de 6 meses a 3 anos e multa. Patrocínio simultâneo ou tergiversação. Parágrafo único: Incorre na pena deste artigo o advogado ou Procurador Judicial que defende na mesma causa simultânea ou sucessivamente partes contrárias.* Está devidamente caracterizado, Srs. Parlamentares! É réu confesso o ex-Procurador Sérgio Botto de Lacerda, quando admite em carta endereçada a Gazeta do Povo, ao jornalista Celso Nascimento, quando assume a confissão que não

aceita patrocinar a causa da holding ou do Grupo Dominó, porque os valores do seu contrato eram insignificantes. E esse cidadão hoje foi chamado e é o Presidente do Conselho Administrativo da ELEJOR.

É lamentável termos que vir à tribuna trazer esse tipo de informação, em um Governo que apregoa aos 4 cantos deste estado como o grande moralizador deste Paraná, e que tem no bojo do seu Governo pessoas que realmente não merecem, credibilidade e fazem o jogo duplo.

Deputado Durval Amaral, parece-me que enquanto no comando do Conselho Administrativo da SANEPAR, o ex-Procurador Sérgio Botto de Lacerda, que com certeza tinha um interesse muito grande na participação do Grupo Dominó e que na Justiça, lamentavelmente ou felizmente para os paranaenses, esse caso acabou encerrado e percebo que 3 milhões de europeus ficaram preocupados e estarecidos diante dessa não participação do Grupo Dominó junto a empresa SANEPAR. É realmente preocupante!

É importante, sim, que no mínimo, como grandeza de homem público que me parece ser, é importante que em um gesto louvável até espero que possa acontecer que o ex-Procurador Sérgio Botto de Lacerda renuncie a presidência do Conselho da ELEJOR, sob pena de colocarmos sob dúvida a lisura de qualquer ato que envolva a sua participação no Governo do Estado do Paraná.

Diante dessa manifestação expressa de Sérgio Botto de Lacerda em carta encaminhada ao colunista Celso Nascimento, onde diz com a maior clareza possível que os valores do contrato proposto pelo Grupo Dominó são insignificantes, o que parece, Deputado Durval, é aquela piadinha do Juca Chaves, que à bordo do avião o cidadão encontrava uma determinada pessoa, lhe fez a proposta: “Ah, esse valor é insignificante.” Mais tarde faz outra, que era considerada insignificante, foi indo até que chegou a um determinado valor que a pessoa tremeu e falou: “Agora eu aceito”. Se o valor fosse realmente um valor que o Sérgio Botto de Lacerda entendesse e que seus olhos saltassem pelo brilho do valor, quem sabe o contrato seria firmado e ele estaria traindo a confiança do Governo, como fez.

Vejam Srs. Deputados e Sras. Deputadas, como pode continuar o ex-Procurador Sérgio Botto de Lacerda advogando a favor do estado? Como pode permanecer no Conselho da ELEJOR? Ele está totalmente impedido, pelo o que diz o artigo 20 do Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil, está claramente exposto que não pode um advogado, um profissional da área da advocacia abraçar duas causas ao mesmo tempo. E é o que fez o ex-Procurador Sérgio Botto de Lacerda.

Quero crer que esta Casa não pode ficar calada diante de tamanha aberração, diante de um ato tão grave como este, onde o Paraná, como um todo, através de um grande veículo de comunicação, traz essa matéria à tona.

Pretendemos, sim, aprofundar isso tudo, trazer-mos aqui mais informações, até porque não é nenhuma

invenção, o réu é confesso, o réu assume a responsabilidade. Ele mesmo disse, com toda clareza, que os valores propostos pelo Grupo Dominó não o convenceram para que pudesse abraçar a causa e advogar os seus interesses contra o estado.

Não chegaram a um valor. Quem sabe ainda estejam, na calada da noite, discutindo esses valores. Ou melhor dizendo, quem sabe montam um grupo para advogar para A Dominó, e o ex-Procurador Sérgio Botto de Lacerda fique fazendo o meio de campo entre o Governo e o Grupo Dominó.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje, dia 29 de outubro, é uma data muito importante para todos nós.

Lembro-me que nesse horário, quase terminando as eleições, o meu celular começou a tocar freneticamente, porque já existiam pesquisas que a eleição seria muito apertada e que o Senador Osmar Dias poderia ser o nosso Governador.

O meu celular não parou de tocar, de pessoas tanto da campanha do Senador Osmar, quanto do Governador Roberto Requião. Algumas pessoas da campanha do Governador Roberto Requião já nos parabenizando pela vitória. Eu dizia que ainda não tinha terminado a eleição, que estava muito difícil. Do outro lado do telefone diziam: “Não esqueçam da gente! Não nos abandonem!” Os outros companheiros devem ter recebido os mesmos telefonemas que eu recebi.

Viram como passa o tempo? Passa muito rápido. Faz um ano isso! Faz um ano que o Governador Roberto Requião se elegeu por uma diferença muito pequena de votos. Muito pequena! Tão pequena que ele não se conformava com esse resultado. Ele saiu muito magoado das eleições.

Lembro-me que fui para a imprensa e disse: “Governador, vibre com a vitória, vá para as ruas. Agradeça o povo!” Mas ele não se conformava com o resultado. Ele dizia: “Não é possível! Onde foram parar os meus companheiros? O que aconteceu com aquele pessoal todo que vivia lá no Canguiri?”

Parece-me que nos últimos dias, pelas informações que tenho, o Governador Roberto Requião andou fechando a porteira do Canguiri.

Fechou a porteira para fazer um balanço, ele mesmo, de tudo que está acontecendo, juntamente com a família dele, porque é na família dele, na esposa e nos filhos, que ele busca forças para continuar lutando.

Parece que nesse final de semana, preocupadíssimo era com a família que ele passou e com a família que ele foi se abastecer de forças para fazer uma análise do que está acontecendo no seu Governo. Ele sabe que é preocupante. O Governador Requião tem certeza de que algo está acontecendo e que ele está fora de controle, mas ele é um grande Líder, ele é um grande sedutor quando quer seduzir, Deputado Nishimori. Quando ele quer seduzir, não há no Brasil um político tão sedutor como Roberto Requião. Inteligente, rápido, firme e ele está buscando tudo isso. Creio que junto com a família dele, com a esposa, com os filhos, com a nora, enfim, ele vai reencontrar o caminho.

O Deputado Rossoni, nosso Líder da Oposição, declarou um dia, nesta tribuna, que desses afazeres todos, nessa luta árdua, ele ia sempre buscar reconforto no netinho dele. Não é isso? Eu tenho certeza que, a partir de ontem, também, o nosso Líder do Governo, o Deputado Romanelli também vai buscar forças na sua netinha, que nasceu nesse final de semana. É sempre na família que nós vamos buscar a força, que vamos nos reencontrar nesta caminhada.

Apenas para informar: o Deputado Péricles falou em violência. Deputado Péricles, V. Exa. falou em violência, hoje, na tribuna. Sabe quantos corpos passaram de sexta à noite até esta madrugada no Instituto Médico Legal de Curitiba? Vinte e cinco corpos, 25 assassinatos, só neste final de semana, em Curitiba e região metropolitana. Nós não concordamos com isso.

Uma outra questão que quero colocar, também, levantada pelo Deputado Valdir Rossoni. Deputado, não sou muito de números, mas eu estava analisando o seguinte: as ONGs são Organizações Não Governamentais, mas algumas delas vivem às expensas do estado, que é essa mãe protetora, essa mãe maravilhosa e a “teta” parece que começa a secar. É claro que fiquei triste, como os senhores também ficaram, com aquela manchete na Agência de Notícias do Estado, Deputado Rossoni, dizendo que nós da Oposição não queremos dar dinheiro para as APAEs.

Deputado Accorsi, o senhor nos conhece. V. Exa. concorda com isso de que nós não queremos dar dinheiro para as APAEs? Pelo contrário, tem que fortalecer cada vez mais as APAEs.

Agora, sabe o que me chama a atenção? São 529 milhões.

Eu estava olhando o Deputado Nereu Moura, um Deputado combatente, que nós admiramos muito pela sua firmeza, lembro-me dos seus discursos no Governo do Jaime, discursos fortes, contundentes, firmes, não colocando pedrinha no sapato do Governo Jaime Lerner, colocando pedras enormes, tijolos, paralelepípedos. E nós da Oposição, Deputado Douglas Fabrício, quando tentamos colocar uma pedrinha no sapato deste Governo, o pessoal se apavora e vai para a imprensa e diz que a Oposição não quer mais ajudar as APAEs. Isso é mentira. Queremos saber onde está o dinheiro, os R\$ 529 milhões

para as ONGs. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná não sabe quais são essas ONGs? Nós, como Deputados, não podemos solicitar ao Tribunal de Contas a relação dessas ONGs, quanto cada uma recebeu? Podemos ou não, Deputado Valdir Rossoni?

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Deputado Luiz Carlos Martins, quero cumprimentá-lo, primeiramente, V. Exa., pelo seu pronunciamento. Porque é um pronunciamento oportuno, momento em que V. Exa. faz o discurso. Deveríamos encerrar esta Sessão para fazer com que todos os parlamentares voltassem para as suas casas ou para seus gabinetes, para refletir sobre o assunto que V. Exa. está falando.

As “ratazanas” são o grande problema do Governo. Aqueles que fizeram campanha para um candidato a Governador - na hora em que o Osmar estava vencendo as eleições, estavam telefonando para V. Exa. dizendo: “Por favor, não esqueça de mim!” O meu telefone, Deputado Luiz Carlos Martins, até 80% das urnas apuradas, achei que ia derreter. Desliguei. Logo depois deu o resultado e o meu telefone emudeceu. Ficou mudo. O sistema de telefonia desligou o telefone do Deputado Rossoni. O mau do Governo é esse: são os ocupadores do poder, de plantão. Estiveram no Governo anterior, cometeram corrupção. Estão nesse Governo, corrompendo e gastando dinheiro público de forma inexplicável. Certamente estão de plantão, para que na hora em que a Oposição vencer as eleições, ocuparem o próximo Governo, porque eles só fazem isso.

O Governador, preocupado com o seu Governo, como V. Exa. relatou, vai tomar uma medida muito dura. Demissão. Fazer uma limpeza. A Oposição subirá a esta tribuna. Os delatores do seu Governo, aqueles que são presidentes de conselho e não aceitam a proposta da empreiteira, como disse aqui o Deputado Traiano. Na hora em que essas “ratazanas” forem demitidas, o Governo começa a melhorar e o Governador Roberto Requião vai ter, ali daquela tribuna, o Líder da Oposição, o Deputado Luiz Carlos Martins, com a sua experiência e com a sua sensibilidade dizendo: “Parabéns, Governador!”

Vamos encontrar o caminho e o rumo certos, porque o Paraná merece uma atitude neste momento. Chega, Deputado Luiz Carlos Martins. V. Exa. está sendo oportuno, neste momento, na sua fala.

Muito obrigado. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Para encerrar, concedo um minuto para V. Exa.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Deputado Romanelli, mais uma vez parabéns pela netinha.

Deputado Romanelli, não estamos prejudgando a questão de todo esse dinheiro, 529 milhões. Queremos os dados, quais são essas Organizações Não Governamentais, para saber quanto cada uma levou, para termos uma noção

daquilo que está acontecendo. Tenho certeza que V. Exa. vai conseguir isso para todos nós, porque é de seu interesse saber quais são essas organizações.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Permite-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não é mais possível, Deputado.

V. Exa. tem o tempo da Liderança do Governo.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Só 15 segundos.

Tenho um relatório detalhando, quanto cada uma das APAEs recebeu em outubro de 2007. Por exemplo, Bituruna, Escola de Educação Especial São Francisco de Assis, a APAE recebe R\$ 8.440,60. O Deputado Valdir Rossoni com certeza conhece essa entidade e provavelmente a auxilia. Aqui, Deputado, está detalhado o que cada entidade está recebendo.

Obrigado pela tolerância.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Gostaria que V. Exa. tivesse a mesma tolerância que teve com o Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O Deputado Luiz Carlos Martins deu um aparte para o Deputado Romanelli.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Então, me dá um aparte, Deputado Luiz Carlos Martins?

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não é possível mais, acabou o tempo.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Tinha acabado também.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Luiz Carlos Martins, não há tempo para que V. Exa. conceda o aparte, lamentavelmente.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Entendo, Sr. Presidente, mas quero dizer que me sinto ofendido de usarem a APAE de Bituruna, minha cidade natal, como “cortina de fumaça” para encobrir a falta de transparência desse Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário da Liderança do Governo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, gostaria que o Horário da Liderança do Governo pudesse ser utilizado hoje pelo Deputado Jocelito Canto, que é especialista em saúde pública na cidade de Ponta Grossa.

Liderança do Governo: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Queria agradecer ao Deputado Romanelli pela oportunidade de falar da saúde de Ponta Grossa. Vou requerer amanhã, Sr. Presidente, a cópia dessa auditoria que foi falada e anunciada há dias nos jornais, que falam dessas mortes em Ponta Grossa.

Gostaria de ver os critérios, porque em recente Audiência Pública lá em Ponta Grossa, em alguns momentos da Audiência tivemos momentos do Cirque du Soleil, lá. Aqueles momentos espetaculares, chegando a ponto de uma senhora dizer que tinha perdido duas pessoas, mas que na verdade uma já fazia 8 anos que tinha morrido. V. Exa. perdeu esse espetáculo que nunca foi feito pelo Cirque du Soleil em Ponta Grossa.

Mas quero falar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quando falam do “meu” hospital regional, fico feliz, porque tenho amor às coisas boas e não só críticas. Se só críticas resolvessem, não precisávamos fazer as obras, não precisávamos nada. Precisávamos apenas discursar. E aí, em um passe de mágica, as obras apareceriam como Jesus fazia os milagres. Aparece o problema, resolve-se o problema da saúde.

Tem problemas em todos os lugares deste país. Em Ponta Grossa é claro que tem, mas é importante, Deputado Romanelli, fazer aquela análise: A saúde melhorou ou piorou? Não podemos ser politiquinhos de usar isso numa campanha. E teve gente que, na campanha política, andou usando aquela coisa de menino de primeiro ano de escola: “Se você assinar um papelzinho para mim, trabalho para você, se não assinar, não trabalho”. Entendeu?

Aí, naquele momento, o Governador Requião foi convidado por alguém que reclama, para assinar o papelzinho. Todo mundo sabe que o Requião não é de fazer isso. Requião não assinou o papelzinho. Mas, enfim, se pegarmos o papelzinho de quem reclama, vamos ver o que tem lá de pedido: 15, 20 leitos de UTI. E é o número de leitos que já foram colocados em Ponta Grossa. Naquele papelzinho que o então Senador Osmar Dias assinou e que o Governador Requião não quis assinar.

Mas, falar mal do hospital regional? É no mínimo que ele deve ter um plano de saúde aqui em Curitiba. Deve ter um belo plano que tem direito até àquele aviãozinho. Falar de uma obra de 14 milhões que a cidade nunca viu, Dr. Batista, e que toda hora eu brigava porque alguns diziam assim: “Mas por que a universidade de Ponta Grossa recebe só 50% do que as outras recebem?”

Mas é claro, Dr. Batista, não tem curso de Medicina, não tem hospital regional, precisa de 2 mil funcionários para tocar aquele hospital regional. Mas daí, na campanha, eu tive que agüentar isto, porque é fácil falar mal.

O saudoso Anibal Khury tinha uma frase memorável: “Do outro lado do balcãozinho é difícil”. Na frente é fácil, na frente você reclama, você inventa coisas, você mente, alguém falou em família aqui: “Ai que a minha família, eu vou para casa.” Esse negócio de família pega, hein? Esse negócio de família pega! Tem gente que faz discurso aqui, mas que na prática é outra. Meu filho nasceu em Ponta Grossa, outros não sei onde nascem. O Ministério Público de Ponta Grossa, que tanto reclama pela saúde, teve alguns privilégios há alguns meses atrás, ninguém sabe disto, não estavam faltando leitos de UTI em Ponta Grossa? O Ministério Público conseguiu, Deputado Romanelli, leito para o filho de um funcionário do Ministério Público - aí tinha vaga. Está lá na neonatal da Santa Casa. Tinha vaga para o filho do funcionário do Ministério Público. Daí ninguém reclamou. Com direito, o direito era dele de conseguir a vaga, claro. A criança ficou lá e com toda a razão. Acho quer todas as crianças devem ficar, mas este não está na estatística. Por que? Porque fez o bem, porque salvou as vidas até de membros do Ministério Público. Isto ninguém reclamou. Ninguém reclama, por exemplo, Dr. Batista, V. Exa. que é médico, quando um médico não fica 8 horas no postinho atendendo e recebe pelo Médico da Família. E daí? Como que fica isto? Não tem atendimento básico, tem atendimento complicado, complica tudo.

Enfim, o hospital regional realmente é um patrimônio de quem trabalha. Não de papagaio de pirata que nunca fez nada. O hospital regional é um hospital maravilhoso. Eu tinha ciúme de Maringá, Dr. Batista, tinha ciúme de Londrina, Deputado Belinati, tinha ciúme ali de Cascavel, região oeste, porque todos tinham hospital regional e nós nada. Nós não conseguíamos a nosso hospital. E batalhamos, lutamos, brigamos, fomos à luta e o hospital está na quinta laje. A saúde tem defeitos? Claro que a saúde tem defeitos, sempre vai ter, todo mundo tem defeitos. Eu vejo gente aqui falando em corrupção, grandes discursos de corrupção, mas me lembro que nesta Casa já teve CPI e tem gente que fala em corrupção que mandou engavetar CPIs nesta Casa. É só olhar os documentos aí. Teve CPI que teve relatório à parte para dizer que não havia corrupção, quando a corrupção estava estampada naquela auditoria que foi feita. Isto é coisa de discurso.

Mas enfim, Deputado Romanelli, eu me sinto na obrigação de defender as coisas boas. O Governo não é 100%, o Governo tem suas falhas, mas temos que fazer os números. Quantos leitos de UTI tinha há 4 anos atrás? Dezessete. Hoje tem 60. O hospital regional existia? Não existia. Está lá na quinta laje. Pronto-socorro reformado, Deputado Péricles, V. Exa. começou o trabalho e com 11 leitos de UTI funcionando. O Hospital da Criança totalmente ampliado. O hospital de Castro com 9 leitos de

UTI. HEMOPAR funcionando. O hospital lá no antigo Franco da Rocha funcionando.

Então, tem coisas que melhoraram na saúde. Claro que não se chega a 100%, Deputado Plauto, mas vai-se indo, vai-se melhorando. Agora, falar mal do hospital regional: O hospital regional é uma conquista, uma conquista de trabalho, uma conquista que a cidade precisava, que a região precisava, é uma conquista para a história da nossa cidade, dos campos gerais.

Eu vou requerer, Sr. Presidente, na Sessão de amanhã, uma cópia dessas auditorias porque elas precisam ser analisadas tecnicamente, não só da boca para fora. Eu vou requerer amanhã, publicamente aqui, na Sessão da Assembléia, um requerimento pedindo uma auditoria nessas auditorias que foram feitas.

Finalizo dizendo: o hospital regional é um patrimônio, sim, de quem trabalha. Tem muita gente que fala do hospital regional, porque na hora de nascer um filho, não precisa nascer em Ponta Grossa! Os meus nasceram em Ponta Grossa!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário da Liderança da Oposição, com a palavra Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Meu caro Presidente, Deputado Augustinho Zucchi, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Deputado Romanelli, V. Exa. deve ter ouvido - vou devagar, pode ficar tranqüilo, até porque acho que o Governo está apanhando demais, eu tenho que ir mais macio - Deputado Romanelli, o Deputado Ulisses Guimarães, símbolo da política nacional, como foi Tancredo Neves, enfim, o Deputado Ulisses Guimarães, num determinado momento da sua vida, decepcionado com o Congresso Nacional, disse que só faltava ver boi voar e que naquele momento ele não estava mais sabendo se boi estava voando. O Deputado Ulisses Guimarães, com sabedoria, relata o que acontece na nossa política.

Quero pontuar algumas questões, Deputado Camargo. Quero dizer a V. Exa., com todo respeito que temos pela sua atuação como Parlamentar: os Deputados da Oposição são contra a sua CEI das ONGs. Nós queremos uma CPI! Por que razão? Queremos uma CPI porque a CPI tem poderes que a CEI não tem. Então, gostaria que V. Exa. compreendesse o posicionamento da Oposição e fazemos um convite a V. Exa. para que subscreva o requerimento da CPI d a Corrupção que estamos propondo. Certamente a sua assinatura vai fazer com que cheguemos a 18 assinaturas, mas gostaria que V. Exa. entendesse que os Deputados da Oposição fecharam a questão: nós queremos uma CPI, somos contrários à CEI, porque vimos aqui o desfecho de uma CEI que foi catastrófica, a CEI do

Deputado Rangel. Por quê? A CEI é o seguinte: não tem poder de convocação, não tem poder para exigir e por esta razão os Deputados da Oposição só vão fazer parte de uma CPI, que tem toda a autoridade necessária para investigar o Governo. Espero a compreensão de V. Exa., não compreenda mal os Deputados da Oposição. Convidamos V. Exa. para se somar à CPI da Corrupção.

Segundo ponto: na última sexta-feira, conversando com um proprietário de jornal, Deputado Rangel, essa interessa a V. Exa., o jornalista Marcos Formigueri disse ao Líder da Oposição que se coloca à disposição dos Srs. Deputados para trazer informações importantíssimas, com consistência para a nossa CPI da Corrupção. Por esta razão, não vamos aqui fazer convite ao Sr. Marcos Formigueri, mas vamos abrir as portas do gabinete da Liderança da Oposição para que ele traga as informações que ele disse que são consistentes, gravíssimas e diante esse fato nada melhor que este momento para que o Sr. Marcos traga essas informações. Por que razão, Deputado Rangel? Vejo jornais, todo dia, não precisa a Oposição aqui trazer informações, todo dia o próprio Governo, com os seus pen drive, traz aqui informações que envergonham os paranaenses.

Quero fazer aqui um apelo aos Srs. Deputados: precisamos constituir essa CPI, já temos 10 assinaturas, faltam 8 assinaturas. Estamos aguardando o posicionamento do Bloco Independente, do PPS, e de alguns Parlamentares. Não tenho dúvida que constituída essa CPI, vamos aprofundar e não vamos ser levianos, vamos ser sérios, porque quando levantamos os números nos espantamos com os valores, mas não temos ainda subsídios para apontar onde estão os erros, onde estão os atos ilícitos. Esta preocupação eu tive desde o primeiro momento.

E por esta razão, tem que ficar claro, o que me espanta é a pobreza de justificativa, ir buscar a APAE de Bituruna. Olha, Bituruna existe! Bituruna é um município do estado do Paraná onde nasceu o Deputado Rossoni, primeira eleição com 1.600 votos para Prefeito de Bituruna! Essa grande Bituruna é referência para quererem justificar o que nós não conseguimos buscar, que são as informações!

O Sr. Douglas Fabrício (PPS) (Aparte)

Apenas para falar do PPS, somos em 3 Deputados do PPS aqui na Casa, e tenho certeza que os 3 irão assinar. Sei que o Deputado Marcelo Rangel, Líder da Bancada, já assinou. Também iremos assinar. Temos uma reunião da Executiva do partido hoje e gostaríamos que os 3 Deputados assinassem. Por isso, amanhã teremos a resposta à V. Exa.

O Sr. Fábio Camargo (PTB) (Aparte)

Deputado Rossoni, da mesma forma respeitosa como V. Exa. se dirigiu a mim, gostaria de dizer a V. Exa. que no início do ano solicitei a CPI das ONGs e

infelizmente, naquele momento, a Oposição não se mostrou tão interessada. Aliás, muito pelo contrário, procurei V. Exa., pedi o apoio, deixei bem claro que poderíamos fazer um bom trabalho, um trabalho regulamentando o setor e não tive apoio.

Quero fazer uma proposta a V. Exa. como Líder da Oposição: que possamos chegar em um meio termo, que quem sabe possamos aprovar a CEI, que vai entrar em votação aqui. E que se não houver o respeito daqueles que vamos convocar ou convidar, da mesma forma que não sintamos respeito, seja do Governo, ou de quem quer que seja, aí sim poderemos transformar a CEI em uma CPI. Mas em primeiro momento quero pedir que a Oposição repense o assunto, para que possamos aprovar a CEI e começar a trabalhar sobre esse terceiro setor, que já venho denunciando há muito tempo vários indícios de irregularidade.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o aparte e cumprimento V. Exa., seu primeiro mandato como Deputado, dar esse tratamento respeitoso ao Líder da Oposição. Agradeço, mas quero dizer que a nossa decisão é colegiada. Os Deputados da Oposição tomaram essa decisão. V. Exa. está colocando essa proposta, se for votado hoje o nosso posicionamento é esse, mas levarei esse posicionamento aos Deputados da Oposição. Agora, me permita discordar de um posicionamento, não é uma questão de interesse a nossa preocupação, Deputado Fábio Camargo, é não fazer o jogo do Governo e querer esconder as coisas. V. Exa. é inteligente o suficiente para sentir que quando nós buscamos aqui informações, o Governo tenta atacar a Oposição de uma forma sórdida: “Os Deputados da Oposição não querem transferir recursos para as APAEs.” Deste jogo nós não vamos participar.

Cumprimento V. Exa. pelo seu posicionamento, respeitamos o seu posicionamento. V. Exa. está respeitando o posicionamento da Bancada da Oposição e da Bancada do Bloco Independente que estava reunido conosco.

Muito obrigado e fica aqui o convite aos Parlamentares do PT para subscreverem a CPI da Corrupção.

Obrigado!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/nº, subscrito pelo Deputado Francisco Bühner, constante do expediente, solicitando licença para tratamento de saúde por 10 (dez) dias a partir do dia 24 de outubro do corrente ano, conforme atestado médico. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício s/nº subscrito pelo Deputado Mamede, constante do expediente, solicitando licença médica para tratamento de saúde, pelo período de 30 (trinta) dias, conforme atestado médico. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 104/07 subscrito pelo Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária deste dia (29/10) em virtude de sua participação em reunião com o Deputado Federal Ângelo Vanhoni, nos municípios de Antonio Olinto, Mallet e Irati. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 336/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a reforma do asfalto ligando Nova Tebas ao distrito de Poema-PR. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 337/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a construção de uma lombada na Rodovia Parigot de Souza, PR-092, no município de Siqueira Campos. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 338/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo a Sra. Secretária de Estado da Cultura a instalação da Biblioteca Cidadã no município de Araucária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Questão de Ordem**)

Na última Sessão ela caiu por falta de quórum, estava naquela Sessão a votação da redação final da denúncia anônima, ela não voltou.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Toda pauta da Sessão de quinta-feira foi transferida para hoje e vamos votar agora.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 590/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Conjuntos Diamante Azul e Montes Claros - AUNILESTE, com sede e foro no município de Campo Mourão. **Aprovado. (Publ. no DA nº 092/07, de 14/08/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 661/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação de Pais, Amigos e Deficientes Visuais de Guaratuba - APADVG, com sede e foro no município de Guaratuba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 108/07, de 10/09/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 684/07, de autoria do Deputado Pedro Ivo, que declara de utilidade pública a Associação Casa de Apoio e Restauração Divina - ACARDI, com sede e foro no município de União da Vitória. **Aprovado. (Publ. no DA nº 112/07, de 17/09/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 029/07, de autoria da Comissão Executiva, que institui o Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - FEMALP. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 029/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica instituído o Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - FEMALP, que tem por objetivo a complementação de recursos financeiros destinados a programas e projetos de modernização, desenvolvimento, aperfeiçoamento e especialização de recursos humanos, bem como, ao reaparelhamento das instalações da Assembléia Legislativa, podendo realizar despesas vinculadas com:

I - execução de obras e reforma das instalações destinadas ao funcionamento das atividades administrativas e seu reaparelhamento;

II - aquisição de equipamentos, material permanente, bens móveis e contratação de serviços relacionados aos objetivos do Fundo;

III - programas e atividades que visem o treinamento, à qualificação e ao aperfeiçoamento de pessoal, bem como à segurança e melhoria das condições de trabalho;

IV - desenvolvimento e implementação de projetos, visando à atualização e melhoria da tecnologia utilizada pela Assembléia Legislativa;

V - organização de concursos públicos para cargos do quadro de pessoal da Assembléia Legislativa.

Art. 2º O FEMALP terá as seguintes fontes de receitas:

I - dotação orçamentária própria e créditos consignados no Orçamento Anual da Assembléia Legislativa;

II - recursos oriundos de convênios firmados pela Assembléia Legislativa com entidades públicas ou privadas, nos termos da Lei nº 8666 de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores;

III - organização de concursos públicos para cargos do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa;

IV - doações;

VI - rendimentos de aplicações financeiras de recursos movimentados pela Assembléia Legislativa;

VI - alienação de bens da Assembléia Legislativa, considerados inservíveis, antieconômicos, irrecuperáveis ou obsoletos, por ato do Primeiro Secretário da Mesa Executiva;

VII - valores provenientes de multas e sanções pecuniárias contratuais, cauções e depósitos que revertam a crédito da Assembléia Legislativa, decorrentes de instrumentos por esta firmados;

VIII - numerário advindo de inscrições e distribuição de material cobrados de terceiros em eventos realizados pela Assembléia Legislativa;

IX - saldo financeiro positivo, apurado em balanço anual do próprio fundo;

X - emolumentos de natureza indenizatória, como reposição dos custos com reprodução, com ou sem autenticação, de editais, procedimentos administrativos, peças processuais, trabalhos técnicos e científicos, respeitado o disposto no artigo 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição Federal;

XI - outras receitas eventuais;

XII - resultados provenientes da disposição do parágrafo 1º, do artigo 104, da Lei Complementar nº 113/05.

Parágrafo Único. Os valores a serem cobrados de terceiros pelos serviços e fornecimento arrolados no inciso XI deste artigo observarão a legislação tributária estadual.

Art. 3º Os recursos do FEMALP serão movimentados exclusivamente em conta própria, sob a denominação: “Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional - FEMALP”, aberta em instituição bancária oficial da Assembléia, observadas as normas vigentes.

Parágrafo Único. O orçamento do FEMALP e a sua execução dependerão de prévia aprovação e autorização da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa.

Art. 4º A Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, será a gestora do FEMALP, podendo delegar esta atribuição em ato próprio.

Art. 5º Compete ao gestor do Fundo instituído por esta lei:

I - providenciar a inclusão dos recursos de qualquer fonte no orçamento do Fundo, antes de sua aplicação;

II - organizar o cronograma financeiro de receita e despesa e acompanhar sua execução e a aplicação das disponibilidades de caixa;

III - responsabilizar-se pela execução do cronograma físico-financeiro do projeto ou da atividade orçamentária, com auxílio do agente financeiro;

IV - zelar pela adequação e utilização dos recursos do Fundo;

V - examinar e aprovar projetos de modernização administrativa.

Parágrafo Único. Observadas a legislação vigente, poderá a Assembléia Legislativa, mediante ato, baixar normas e instruções complementares e fixar planos de aplicação e utilização dos recursos do Fundo.

Art. 6º Os demonstrativos financeiros do Fundo instituído por esta lei obedecerão ao disposto na Legislação Federal, especialmente na Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, artigo 48, e as demais normas aplicáveis à espécie.

Art. 7º O FEMALP terá contabilidade própria, aplicando-se aos seus registros o princípio da contabilidade pública, em especial a Lei nº 4320/64 e a Lei nº 101/00.

Parágrafo Único. A prestação de contas da aplicação da movimentação do Fundo será consolidada às contas da Assembléia Legislativa.

Art. 8º Os bens adquiridos com os recursos do Fundo instituído por esta resolução serão incorporados ao patrimônio da Assembléia Legislativa.

Art. 9º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.10.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 711/07, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que declara de utilidade pública o Centro Educacional Infância Colorida, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 701/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de utilidade pública estadual a Organização de Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP - Espaço Jovem Evolução - de Cornélio Procópio, com sede e foro no município de Cornélio Procópio. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 722/07, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de utilidade pública a Sociedade Cultural El Shaday, com sede e foro no município de Medianeira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 718/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de utilidade pública estadual o Comando Anderson de Defesa do Cidadão - COMANDER, com sede e foro na cidade de Apucarana. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 126/07, de 08/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 718/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, declara de utilidade pública o Comando Anderson de Defesa do Cidadão - COMANDER, com sede e foro na cidade de Apucarana.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3136, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Caro Presidente, quero fazer uma questão de ordem antes de encaminhar. Gostaria de fazer um questionamento e ao mesmo tempo uma questão de ordem: aprovada esta Comissão Especial de Investigação, pode ser constituída CPI que trata deste assunto?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Teria que se fazer uma consulta.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Então, gostaria de pedir a V. Exa. que adiássemos a votação para o dia de amanhã, para que não cometêssemos nenhum equívoco por parte da Bancada da Oposição.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Quero dizer que independente deste posicionamento do Deputado Valdir Rossoni, certamente não cabe discutir o requerimento que já foi adiado na Sessão anterior. O nosso Regimento Interno é absolutamente claro neste aspecto. Quero dizer que me parece oportuna a constituição de uma Comissão Especial de Investigação sobre este tema, aliás, antes das conversas da semana passada, eu já estava convencido, porque há uma discussão nacional sobre este tema. É um tema que me parece importante, até porque precisamos ter uma regulamentação no plano estadual.

O encaminhamento é para que a bancada possa votar favorável à aprovação deste requerimento, que me parece interessante. Quero dizer inclusive, que sou favorável à formatação de qualquer Comissão Especial de Inquérito, desde que, claro, com fato determinado, extremamente bem constituída, sou favorável, sempre serei favorável. Acho que este Parlamento não pode perder esta prerrogativa, até porque o Deputado Fábio Camargo fez um requerimento muito bem formulado, uma Comissão Especial de Investigação, com 11 membros, permite uma ampla representação da Casa na comissão, e certamente a discussão vai ser extremamente proveitosa para este Parlamento e para a sociedade paranaense.

Por isso, faço um apelo a todos os Deputados que integram nossa base, ao nosso Bloco Independente, são todos companheiros, e que possam estar votando favoravelmente à aprovação deste requerimento.

Era isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. FÁBIO CAMARGO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, acho que este assunto está se rastejando desde o início do ano. Este pedido para que posteriormos seria mais um tempo perdido, no meu entendimento. Então, venho aqui com bastante humildade pedir aos companheiros Deputados para que possamos aprovar neste momento a Comissão Especial de Investigação e para que possamos, desde já, começar a trabalhar e estudar sobre o terceiro setor. Menos politicagem e mais atuação.

Então, o meu pedido é este, em função de que desde o começo do ano estamos nesta lenga-lenga de estudar as ONGs, averiguar os repasses do terceiro setor, seja do Governo Estadual, seja dos municípios, enfim. E infelizmente, em função de que naquele momento em que propusemos a CPI, houve denúncias contra a Secretaria do Trabalho. E para mim, naquele momento, a CPI acabou indo por água abaixo, porque se transformou em algo político e politiqueiro. E não é a idéia. A idéia, realmente, é buscar uma regulamentação, assim como já existe em Minas Gerais, em São Paulo.

Então, eu que fui o autor da solicitação desta Comissão Especial de Investigação, quero dizer tanto para a Oposição quanto para a Situação, que a idéia, realmente, é regulamentar o terceiro setor. E não um denunciismo, não uma politicagem. É isso o que eu tenho a dizer.

Por isso, peço e agradeço ao Líder da Situação, que indicou para que nós que pudéssemos votar imediatamente, favorável à Comissão Especial de Investigação, e peço mais uma vez ao Líder da Oposição para que repense, porque podemos fazer um trabalho em conjunto. Sem sombra de dúvidas, um trabalho buscando o equilíbrio, a verdade, a transparência do terceiro setor.

Digo, Deputado Rossoni, o senhor tem a minha palavra: se não houver um respeito, por quem quer que seja quanto à Comissão Especial de Investigação, em 24 horas trazemos ao Plenário e transformamos em CPI, porque o seu medo, pelo que V. Exa. comentou na tribuna, é que uma Comissão Especial de Investigação não tem poder suficiente para fazer tal investigação.

Quero dizer a V. Exa. que se não houver respeito com a Comissão Especial de Investigação, o senhor tem a minha palavra de que então vamos buscar o caminho da CPI. Mas, para que possamos avançar, acho mais prudente aprovar a Comissão Especial de Investigação, até porque não sabemos nem se vai ter voto suficiente para aprovar uma CPI.

É este meu pedido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero encaminhar favoravelmente à aprovação da CEI. Em nome do Bloco Independente, do Deputado Pastor Edson Praczyk, da Deputada Rosane Ferreira, do Deputado Fábio Camargo e do Deputado Chico Noroeste, encaminhamos pela aprovação da CEI.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, quero deixar claro aqui o seguinte.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Rossoni, antes V. Exa. fez uma questão de ordem procedente. A Mesa não tem essa informação se seria possível e creio que essa informação será importante para o posicionamento dos Srs. Deputados. Então,

estou prestes a tomar uma decisão com relação a essa questão do requerimento. Se V. Exa. quiser encaminhar, pode fazer.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Posso encaminhar enquanto aguardo o posicionamento da Mesa quanto à questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Poderia adiantar o posicionamento. Vou encaminhar à Procuradoria Jurídica da Casa para que responda à sua questão de ordem, para que posteriormente possamos votar esse requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então eu aguardo.

O SR. FÁBIO CAMARGO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Estou entendendo que a Mesa pensa em tomar uma atitude de não colocar o requerimento em votação?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não, não é isso. O senhor tem a garantia que o requerimento amanhã, ou no máximo na quarta-feira, vai à votação. A única dúvida que se tem é que se aprovada a CEI, levantado o questionamento do Deputado Valdir Rossoni, poderá ser feita uma CPI, já que há um requerimento coletando assinaturas para a questão da CPI.

O SR. FÁBIO CAMARGO (PTB)

Deputado, com todo o respeito! Estou começando aqui na Casa, estou aprendendo, mas V. Exa. terá que convir comigo que a Mesa está tomando uma atitude no mínimo impositiva, porque não vejo dispositivo para tal situação, uma vez que esse requerimento foi lido na quarta-feira e, de acordo com o pedido do Líder do Governo, já houve tempo para discutir e estudar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Exatamente. Agora, veja bem o seguinte: há uma dúvida com relação a isso.

O SR. FÁBIO CAMARGO (PTB)

Uma dúvida da Mesa, uma dúvida do Líder da Oposição, tardiamente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vamos ser sensatos, porque daqui a pouco, havendo a CPI por exemplo, vamos correr o risco de, ridicularmente, estar aqui na Casa com uma CEI aprovada e com uma CPI. Estou apenas na posição de Presidente da Casa, não estou aqui na posição de Oposição e nem de Situação. Saiba V. Exa. que me posiciono dessa forma para que a Procuradoria da Casa responda se é possível ou não.

O SR. FÁBIO CAMARGO (PTB)

Ridículo será se não colocarmos em votação. Aí a Mesa vai entrar em situação ridícula, porque não tem dispositivo para tal situação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Aí é opinião de V. Exa.

O SR. FÁBIO CAMARGO (PTB)

Não é opinião minha, mas de todos. E não existe CPI protocolada. Vamos manter o respeito.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Por incrível que pareça, quero começar exatamente com a última frase dita pelo Deputado autor do requerimento, Fábio Camargo. É exatamente isso: não existe nenhuma CPI das ONGs protocolada e, aliás, aquela que havia foi desistida pelos autores. Desculpe-me V. Exa., mas como Presidente em exercício da Casa neste momento, o senhor tem que colocar o requerimento em votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Romanelli, estou colocando à discussão do Plenário. Se V. Exa. entender que vai ser votado o requerimento, será votado. Agora, repito aqui que não podemos tomar posição apenas pelo interesse político desta ou daquela bancada.

Com a palavra o Deputado Romanelli, que estava encaminhando.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Apenas concluo a questão de ordem.

Respeito V. Exa. e o senhor tem conduzido muito bem as Sessões desta Casa e tem experiência para isso. O que quero dizer a V. Exa. é que não há efetivamente nenhum pedido de CPI formulado. Nós sabemos também que juridicamente são institutos diferentes, pois a Comissão Especial de Inquérito é uma coisa e a Comissão Parlamentar de Inquérito é outra coisa, até porque se fosse a mesma coisa, o nosso Regimento Interno não os transformaria em dois institutos diferentes nesta Casa, então têm natureza jurídica diferente os dois institutos.

Gostaria de dizer que V. Exa. tem que ser escravo do nosso Regimento. Tem que colocar o Regimento em votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O requerimento, pelo Regimento, vai ser colocado em votação, mas mesmo aprovado a Mesa poderá não instalar a comissão se entender a Procuradoria Jurídica ao contrário. Se V. Exas. assim não entendem, o requerimento vai a votação.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria que fosse respeitada a cronologia dos requerimentos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai ser respeitada.

Está em votação o requerimento. Para encaminhar, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, esta Casa repete as palavras do Dr. Ulisses Guimarães: “Só não vejo boi voar”.

Será que estou vendo que o Líder do Governo está defendendo a CEI? Isso é inédito!

Nós, Deputados da Oposição, deveríamos rever a nossa posição.

Vamos deixar aprovar a CEI. E o que vai acontecer? Deputado Fábio Camargo, com toda sua boa intenção, quando sua CEI começar a ser boicotada, como foi a do Deputado Marcelo Rangel, quando começar a marcar reuniões nos domingos, o que vai acontecer? Vai acontecer que voltaremos a ter razão.

Vamos aprová-la! O que estranha é que, no momento em que a Oposição levanta-se contra ações do Governo, de falta de transparência, aparece um requerimento do dia 24 de outubro, um dia após o pronunciamento do Líder da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Valdir Rossoni, permita-me um minutinho, pois está nos visitando aqui o Deputado Federal Dr. Rosinha e o Deputado Assis do Couto, juntamente com o Deputado José Eduardo Cardoso, candidato à presidência do PT.

Estamos honrados com suas presenças. Sintam-se em Casa, porque esta é a Casa do povo do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Aproveito, como Presidente do PSDB, para saudar os Parlamentares do PT que estão nesta Casa. Vivemos na democracia, e nada melhor do que esse momento que estamos vivendo.

Sejam bem-vindos à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Meus caros Parlamentares da Oposição, dirijo-me a V. Exas. para que concordem com esse posicionamento. Vamos aprovar. Sabem por quê? Estão nos oferecendo uma galinha para salvar o galinheiro. Esta é a grande verdade!

Deputado Luiz Carlos Martins, V. Exa. que falou com propriedade daquela tribuna, deveríamos ter parado a Sessão e refletirmos no que V. Exa. falou.

Eles estão querendo dizer, como já disseram no final de semana, com o nosso dinheiro da agência do estado: “A Oposição não quer dar dinheiro para as APAEs! Vamos dar uma galinha, porque salvamos o galinheiro.”

Escuta, este governo não tem mais jeito. Espero que o Governador volte a refletir sobre este Governo. Não tem saída.

Vamos aprovar a CEI? Vamos? Enquanto isso, acoelhemos as assinaturas, chegamos nas 18 assinaturas. Não tenha dúvida que vai acontecer a CPI. Estou sentindo que vai acontecer. Não tem quem segure a CPI e, por esta razão, vamos ficar com a razão duplamente.

Primeiro, achamos que esta CEI apareceu logo após o pronunciamento nosso com os questionamentos.

Outra coisa, Deputado Fábio Camargo, acredito estar merecendo sua atenção, até o presente momento nós tivemos tratativas respeitadas e quero continuar tendo essas mesmas tratativas, mas quero dizer a V. Exa. que, em nenhum momento, a Oposição está propondo uma CPI politiquera. Acredito que V. Exa. também não esteja fazendo isso com a sua CEI.

Por essa razão, com toda liberdade que tenho a meus Pares, vamos votar favorável para que amanhã não distorçam a verdade. Quem vota a favor da CEI subscreve a CPI. É essa a questão, é esse o nosso posicionamento, é esse o nosso encaminhamento. Não vamos salvar o galineiro, por favor.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de fazer um encaminhamento e, também, deixar registrado que vou votar contra, mesmo respeitando o posicionamento do Líder da Oposição, mas por experiência própria, Sr. Presidente, respeitando também o posicionamento do Deputado Fábio Camargo. Talvez, o Deputado Fábio Camargo não saiba, mas ele pode estar sendo usado. É isso que eu sinto, porque quando a Comissão Especial de Investigação sobre gastos de propaganda, publicidade oficial, foi instituída na Assembléia Legislativa, o povo do Paraná imaginava que teríamos um resultado positivo, e o que aconteceu? O Governo do Estado conseguiu encobrir tudo que estava errado nessa CEI.

O que está acontecendo, hoje, na Assembléia, esta aprovação que poderá acontecer, neste momento? Acredito que pode ser uma grande cortina de fumaça para tentar desvirtuar o que, realmente, está acontecendo aqui no estado do Paraná. Eu, Deputado Marcelo Rangel, vou votar contra. Estou encaminhando contra a abertura da CEI, porque sei que isso não vai dar em absolutamente nada.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Eu encaminho meu voto contrário e peço para que a Oposição reveja porque lá fora, a hora que for explicar para a população, a população vai dizer: “É, e aquela outra, da comunicação, que virou em nada?” Então, não quero ser tachado, depois, que estou enganando o povo. Então, voto contra, encaminho e peço que o Deputado

Valdir Rossoni reveja sua posição para que possamos votar contra e CEI. Sou a favor, sim, da CPI. Já que estamos dispostos a investigar, vamos aprovar uma CPI, porque aí sim se investiga e quem não deve não teme!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, desculpe quebrar o Regimento aqui, mas só queria dizer a V. Exa. o seguinte: vou manter a minha posição de votar contrário. Apenas fiz um apelo para demonstrar boa vontade, mas acho que o Deputado Douglas está correto, o Deputado Rangel está correto e vamos permanecer na nossa postura: contrários.

O SR. ELIO RUSCH (**Partido Democratas**)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na verdade, chega um momento que não sabemos o que está acontecendo.

Deputado Valdir Rossoni, Deputado Douglas, se fizermos uma avaliação fria: por quê, de repente, uma CEI? Uma Comissão Especial? Será que ela não surge no momento em que se propõe uma CPI? Mas, tudo bem, é um argumento, uma ferramenta regimental que pode ser utilizada pelos Parlamentares, mas Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição e Deputado Fábio Camargo, gostaria de fazer uma proposta ao Deputado Fábio Camargo: vamos reduzir isso para 60 dias, ao invés de 120 dias. Já que eles vão investigar as ONGs e as OCIPs, acho que com 60 dias, e não concluindo o trabalho em 60 dias, ela poderia ser prorrogada para mais 60 dias e chegaríamos a 120 dias. A outra que faço, é reduzir o número de 11 para 9 membros. Se V. Exa. concordar com a nossa proposição, votamos favoráveis.

Consulto à Mesa se ela permite ao autor do requerimento em atender o nosso pedido e aí podemos rever a nossa posição. Consulte se o Deputado Fábio Camargo concorda com a nossa emenda ao seu requerimento.

O SR. FÁBIO CAMARGO (PTB)

Desculpe, Sr. Presidente, assim como o Líder do Governo, quebrando e passando um pouco em cima do Regimento, entendo da seguinte forma, Deputado Elio Rusch: a CEI ou a CPI pode ter o término, desde que tenha entendimento pelos seus Pares. No máximo, 120 dias, mas ela pode acabar até em 30, se a partir de instalada, os componentes achem necessários. Por uma questão de segurança, 120 dias. Quanto à questão do número de participantes, apesar de novo aqui na Casa, entendo que quanto mais membros participarem, mais democraticamente poderemos debater o assunto.

Quero aproveitar esse momento para salientar que esta CEI não surgiu 24 horas antes de um pedido de uma CPI. Esta CEI foi solicitada por mim, em fevereiro. Em março, não tive o apoio da Oposição. Agora, de repente, a Oposição quer fazer uma CPI. Com todo o respeito, é a Oposição que tem que entender o que ela quer, porque teve a oportunidade de instalar uma CPI, no começo do

ano e não quis. Agora, vem obviamente buscando esta CPI, em um entendimento político. Faço um apelo para que a Oposição vote, conosco à aprovação da CEI, nos moldes como ela se encontra.

Muito obrigado, Sr. Presidente Augustinho Zucchi.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (**Para Encaminhar**)

Continuo, Sr. Presidente. Na minha tese, caso os autores, os Deputados que entenderem que querem manter os 11 membros, em primeiro lugar, é mais difícil para manter o quórum e também não reduzir para 60 dias. Voto contra a CEI, porque estamos trabalhando em uma CPI.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação.

Os Deputados favoráveis, permaneçam como estão.

Aprovado.

Verificação, a pedido do Deputado Douglas Fabrício.

Os Deputados favoráveis ao requerimento do Deputado Fábio Camargo, queiram levantar-se.

Vinte e nove Srs. Deputados.

Os Deputados que são contra, queiram levantar-se.

Nove Srs. Deputados.

O requerimento está aprovado.

Requerimento nº 3142, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

O SR. CARLOS SIMÕES (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Quero saudar o nosso Deputado Durval Amaral, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que está de aniversário hoje. Teremos uma grande festa aqui a pouco. Sou o porta-voz da comilança. Convido a Assembléia inteira, os Deputados, todos os visitantes, os funcionários, todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Parabéns ao Deputado Durval Amaral.

Requerimento nº 3147, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3148 e 3152, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3157, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3160, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3164, de autoria dos Deputados Duílio Genari, Elio Rusch, Valdir Rossoni, Ademar Traiano e Plauto Miró, membros da Bancada de Oposição, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, encaminho este requerimento no sentido de que a Bancada de Oposição, e vou falar isso de uma forma muito respeitosa ao nobre Líder da Oposição, no sentido de que é possível responder este requerimento, desde que ele possa ser específico, porque o que ele pede, na verdade, é muito amplo do ponto de vista das informações.

Se ele quer uma informação de determinado órgão, convênio ou atividade que tenha sido desenvolvida com a FUNPAR e o Governo do Estado do Paraná, se ele pudesse, na verdade, ser muito pontual, porque ele mistura questões gerais e também eventual cedência de servidores do estado para a FUNPAR e da FUNPAR para o estado.

Então, está com uma natureza muito ampla. Sou favorável, mas se fosse possível reformular o requerimento. É daqueles requerimentos que ficaram muito genéricos. Se V. Exa. pudesse retirar e reformular, eu encaminho favoravelmente. V. Exa. sabe que quando é fato determinado, encaminhamos favorável.

O SR. ELIO RUSCH (**Partido Democratas**)

Sr. Presidente, o Líder do Governo fez um apelo à Oposição e nós concordamos com a Liderança do Governo. Retiramos, sim, o requerimento e vamos fazer bem pontual, mas, o que não podemos é abrir mão daquilo que nos interessa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está retirado.

Requerimentos nºs 3165 a 3169, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3155, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3149, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3170, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JOCELITO CANTO EM SESSÃO DO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2007.

Jornal “Diário da Manhã”
Adail Inglês

O jovem Deputado Marcelo Rangel Cruz de Oliveira, do PPS, com toda a sua inexperiência política, tem conseguido se projetar, em ações concretas, muito mais do que os outros três Deputados por Ponta Grossa, Jocelito Canto, Péricles de Holleben Mello e Plauto Miró Guimarães Filho. Ainda agora, das quatro emendas apresentadas ao projeto absurdo do Deputado Ademar Traiano, proibindo a denúncia anônima no Paraná, apenas a de Marcelo Rangel foi aprovada e que salvou o projeto de ter se transformado num importante instrumento a serviço do mundo do crime, em especial, do crime organizado. É que a emenda de Marcelo Rangel retirou do projeto as denúncias encaminhadas, diretamente, à Polícia Civil e a Polícia Militar sobre tráfico de drogas, seqüestros e outras violências pertinentes ao mundo do crime. Ou seja, o Deputado prestou um grande serviço ao Paraná. Aliás, impediu que o estado, de repente, passasse pelo constrangimento nacional de ser acusado de ter criado uma lei, flagrantemente, favorável aos criminosos. Ainda bem que o jovem Deputado ponta-grossense impediu o mal maior, porque, no restante, o Deputado Ademar Traiano conseguiu o seu objetivo, o de evitar que, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, possa ser instaurado inquérito administrativo contra servidor público, a partir de denúncia anônima. A emenda de Marcelo Rangel não evitou que Traiano, com a ajuda da maioria da Assembléia Legislativa, prestasse essa enorme contribuição ao mundo da corrupção no âmbito dos poderes constituídos, a partir de procedimentos indevidos de servidores públicos. Na concepção do tal Deputado do PSDB, o denunciante tem que se apresentar de

cara limpa, de terno e gravata, com um megafone na mão, para que todo mundo o veja fazendo a denúncia contra um colega desonesto, ou contra um chefe corrupto. Um grande serviço, pois, à corrupção no serviço público.

E é preciso valorizar a ação do jovem Deputado Marcelo Rangel, porque, como já destacamos em ocasião anterior, chegou à Assembléia Legislativa em grande estilo, conseguindo a presidência de uma importante comissão técnica da Casa, se instalou na liderança de seu partido e criou um fato de grande repercussão, que foi a denúncia dos gastos do Governo do Estado em publicidade, nos anos de 2005 e 2006, sem que o Governo, até agora, tenha conseguido esclarecer. Aliás, o Governo se encarregou de tornar inócua uma Comissão Especial que foi formada para investigar esses gastos. Os Deputados do Governo, sem o menor constrangimento, desfiguraram o papel dessa comissão. Mas, nem por isso, ficou comprometido o mérito do trabalho do jovem Deputado ponta-grossense, porque a denúncia permanece no ar.

Sem que tivesse manifestado intenção de se incorporar ao bloco da oposição, o Deputado Marcelo Rangel foi, naturalmente, se alinhando a esse grupo, por conta das iniciativas que tornou. E assim, tem se constituído em destaque, comparativamente, vale repetir, aos nossos outros três Deputados, reconhecidamente, mais experientes que ele, porém, nem por isso, mais eficientes.

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, sob a presidência do Deputado Francisco Bühner, com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Mamede, Antonio Belinati e Luiz Carlos Martins. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos passando para Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 660/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Relator Deputado Mamede. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente, encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eduardo Freyer de Azevedo, Secretário da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
Eduardo Freyer de Azevedo - Secretário

